



REVISTA  
CÁTEDRA  
DIGITAL

Em breve Revista Cátedra Digital Nº 2:

**AFRICANIDADES**

Enquanto preparamos a nova edição, leia a versão  
PDF do primeiro número, tema GÊNERO

| vol.1 | GÊNERO |

| 28.04.2016 |

## **Sobre a Revista**

[Apresentação](#)

[Editorial](#)

[Corpo Editorial](#)

[Normas para Publicação](#)

[Fale Conosco](#)

## **Gênero**

[Corpos, Compostos Possíveis — Ana Paula Kiffer](#)

[Violência de gênero e a educação no Brasil — Maria Cristina Furtado](#)

[Movimentos feministas e novas perspectivas sobre as masculinidades — Alessandro Rocha](#)

[A contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher — Shirlei Campos Victorino](#)

[Estudos de gênero \*versus\* ideologia: implicações teológicas — Luís Corrêa Lima](#)

## **iiLer & Cátedra**

[Cátedra 10 Anos — Érico Braga Barbosa Lima](#)

[Cátedra UNESCO de Leitura: uma história de relações latino-americanas — Eliana Yunes](#)

[Coordenação de Articulação Institucional: ação que aproxima, dialoga e integra — Maria Helena Ribeiro](#)

[Como se lê uma biblioteca? — Nanci Nóbrega](#)

[Cursos iiLer: bruxas — boas ou más? — Nanci Nóbrega](#)

[Quatro vezes 10 — Eliana Yunes](#)

## **Outras Palavras**

[Ver além do visível — Maria da Glória de Almeida Leitura para livres-pensadores — Ricardo Vigna](#)

[O feminino na Literatura Clássica: entrevista com Miriam Sutter — Érico Braga Barbosa Lima](#)

## **Artes**

[As vênus escabrosas — Giovani Papinni \(tradução de Érico Braga Barbosa Lima\)](#)

[Hermafrodito — Maria Clara Cavalcanti \(ilustrações de Kako\)](#)

## **Leituras Entrevistas**

[Entrevista com Antônio Houaiss — Marta Mamede Batalha](#)

# Revista Cátedra Digital – Apresentação

A **Revista Cátedra Digital** é a publicação periódica oficial da **Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio**, lotada no **iiLer – Instituto Interdisciplinar de Leitura da PUC-Rio** –, com a chancela **UNESCO**, e que compartilha, através de meios digitais, as realizações dos parceiros **RELER** (Rede de Leitura), de convidados e colaboradores de todo o Brasil e América Latina e Caribe.

Sua inauguração se dá em abril de 2016, ano em que a **Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio** comemora seus **dez anos** de atividade ininterrupta privilegiando a **leitura** como instância ativa de formação, pesquisa e inclusão.

Tomando parte da ação programática da **UNESCO** de inclusão social e da **Educação Para Todos (EPTs)**, as seções temáticas de cada número dedicam-se a contemplar ações, projetos, estudos e pesquisas de atuação congêneres. Assim é que seus primeiros números tratarão – em ordem cronológica – de **Gênero**, **Africanidades**, **Educação de Jovens e Adultos (EJA)/Educação à Distância (EAD)**, **Ecologia & Sustentabilidade**.

Com o foco voltado para as questões que interessam às **Teorias da Leitura**, às **Práticas da Leitura** e à **Formação de Leitores**, a **Cátedra Digital** trabalha com conselho editorial e consultivo de especialistas nacionais e internacionais associados ao **iiLer** e ao **RELER** e, através de seleção e apresentação de pesquisas, trabalhos e atuações, busca privilegiar e dar visibilidade aos conceituais e ferramentas formativas e de análise que, eclética e polimorficamente, articulam, enfeixam e consubstanciam toda esse amplo, complexo e essencial campo de estudo chamado **Leitura**.

**Érico Braga Barbosa Lima** (*editor-chefe*)

# Gênero Leitor

## Editorial

À inauguração de uma Revista encontram-se normalmente associados uma instituição, um momento e uma ideia, cada um desses elementos provedores, eventuais ou influentes com seu grau de destaque, investimento ou proeminência. Considerando-se estas três perspectivas –ou eixos constitucionais –, podemos dizer que a Revista Cátedra Digital é, respectivamente, uma publicação periódica da Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio, que cumpre, em 2016, dez anos de atividade ininterrupta, articulada e inconsútil, que privilegia a leitura como instância ativa de formação, reflexão, pesquisa e inclusão.

Sendo uma instituição de estudo e realização lotada no Instituto Interdisciplinar de Leitura PUC-Rio – iiLer, dentro de uma Instituição de Ensino Superior – a PUC-Rio –, respaldada pela chancela UNESCO, a Cátedra carrega, portanto, os encargos crítico-científicos, seletivos e de responsabilidade social que esteiam essa múltipla filiação; e, agora, com esta publicação periódica, passa a trazer a lume as principais questões que fluem por sua rede de articulação, disponibilizando os registros, análises e depoimentos de seus parceiros, atores culturais e colaboradores.

O momento que anima e consigna este lançamento é a celebração de dez anos de outra inauguração – a da própria Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio, que, em agosto de 2006, abria-se de forma generosa, receptiva e com não solene humildade para as mais diversas ações interdisciplinares, atuações interartísticas, projetos de formação e registros de realizações intelectuais de todo naipe, desde pesquisas de ponta a saberes transversais.

A ideia que nos excita e define nossa geografia intelectual é a Leitura, tomada no eclético, complexo e diversificado amálgama semântico que esse campo de estudos e realizações engloba e cria. Leitura entendida como capacidade de construção de sentido a partir de experiência, contexto, repertório e subjetividade; compreendida como desenvolvimento de ferramental, conceitual e cultura crítica para o estudo do próprio fenômeno; percebida como prática indissociável de todo e cada ato de percepção e reação sensível; assumida como atuação, arbítrio e responsabilidade.

Uma Revista – em tela ou papel – imprime um recorte e uma visão ao mesmo tempo sincrônicos e epistemológicos, como fotografias semoventes do status intelectual e espiritual dos assuntos em pauta. Concomitantemente — e dentro das perspectivas da Leitura —, nossa Revista procura realçar os tópicos que importam para o desenvolvimento ou implementação de ferramentas pedagógico-sociais, analíticas e tecnológicas de inclusão social (a saber, as orientações da UNESCO para as EPTs – Educação para Todos). Com esse fim, selecionamos para as progressivas seções temáticas da Cátedra Digital os itens: Gênero, Africanidades, Educação para Jovens e Adultos/Educação à Distância, Ecologia/Sustentabilidade. Neste

primeiro número abordamos a necessária e sempre delicada questão de Gênero.

E o que é Gênero? Na realidade, existem várias definições, e, desde que esta terminologia começou a ser usada na década de 1970, provocou uma revolução nos movimentos feministas e LGBTs, trazendo diferentes e novas compreensões, desafiando mentes e corações. Neste momento em que alguns setores da sociedade desejam a retirada da palavra “gênero” dos debates escolares, é importante participar de uma publicação que possui um material capaz de esclarecer, refletir, e de certa forma, introduzir, neste tema, aqueles/as que assim desejarem.

Para isso, o primeiro artigo, *Corpos, compostos, possíveis*, de Ana Paula Kiffer, professora do departamento de letras da PUC-Rio, fala-nos sobre uma “corporalidade” cuja visão foi sendo modificada e acabou fugindo, escapando, afastando-se da concretude. Ana Paula leva-nos a refletir sobre BUTLER e PRECIADO, o performativo e o protético, a linguagem e o corpo, e sobre as inúmeras questões que ainda estão a surgir sobre os diferentes corpos. No artigo *Violência de gênero e a educação no Brasil*, como psicóloga, teóloga e doutoranda em teologia (PUC-Rio), Maria Cristina Furtado busca fornecer um quadro geral de um problema que vitima a inúmeras mulheres e a população LGBT. Reflete sobre a visão de René Girard em relação à violência e o desejo mimético, chamando a atenção para a importância de se ter uma educação onde “gênero” seja trabalhado de modo a minimizarmos a grave situação existente em nossa sociedade.

Através do artigo *Estudos de gênero versus ideologia: implicações teológicas*, o padre e professor do departamento de teologia da PUCRio, Luís Corrêa Lima, fala-nos sobre as implicações de “gênero” na vida das pessoas. Faz um retrospecto sobre a mudança que vem ocorrendo na Igreja Católica, principalmente com o Papa Francisco que, apesar de questionar “gênero” enquanto teoria, pastoralmente, abre, neste sentido, algumas portas importantes.

Impossível pensar estas questões sem falar sobre “masculinidades”. E é este o tema que Alessandro Rocha, doutor em teologia e pós doutor em letras, aborda no artigo *Questões de gênero: movimentos feministas e novas perspectivas sobre as masculinidades*. Começando por Platão e através da compreensão da maiêutica socrática, o autor aproxima o feminismo como movimento histórico, com mudanças que ocorrem na percepção da masculinidade e da feminilidade hoje.

Em *A contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher: efetivação da igualdade de direitos e oportunidades em São Gonçalo/RJ*, a professora doutora Shirlei Campos Victorino faz um retrospecto das lutas constantes realizadas pelos movimentos sociais femininos, relembra algumas mulheres que perderam suas vidas e as importantes vitórias alcançadas, embora ainda haja muitos caminhos a serem percorridos.

Há, ainda, a intrigante entrevista com a professora Miriam Sutter, doutora em Língua e Literatura Latina pela UFRJ, sobre o curso que ministra este ano na PUC-Rio chamado “*Heroínas cômicas e trágicas na dramaturgia Grega*”. Nesta entrevista, Miriam fala do “matriarcado” que existiu nas épocas primeiras, passa pela Grécia,

aludindo à tragédia e comédia, e faz referência ao emprego da palavra 'gênero' e à importância das leis a contemplarem. "Se a lei não contempla não existe. Existe de fato, mas não de direito".

O Leitor – dotado do natural direito de arbítrio, aleatoriedade e curiosidade – poderá, também, navegar para aquém da seção temática e encontrar uma seleta dos trabalhos realizados pela equipe da Cátedra e do iiLer, pesquisas desenvolvidas por parceiros RELER, por colaboradores (como a do Professor Ricardo Vigna e da Prof. Maria da Gloria Almeida), tradução, notícias, cursos, uma entrevista inédita sobre perfil de leitor com o filólogo Antonio Houaiss (feita pela jornalista e escritora Marta Batalha), além das composições poético-visuais de Roberto Dutra.

Um país se faz com homens, leitores e livros. Parafraseando o escritor e patrono editorial Monteiro Lobato, arriscamos dizer que uma nação não se constrói somente com pessoas que trabalham e criam e produzem; não se compões somente com o registro do engenho intelectual e artístico desse trabalho, com as provas textuais, testemunhais e memorialísticas de toda atuação produtiva. Não se engendra esse *mix* cultural, cognitivo e geográfico sem aqueles que interpretam — *lato* e *stricto sensu* — essas textualidades, em alteridade, presença e contextualização. Um país que faz é um país que lê.

E nossa contribuição efetiva, leitor, é a sua leitura.

**Érico Braga Barbosa Lima**  
**Maria Cristina Furtado**

# Corpo Editorial - Revista Catedra Digital

## REVISTA CÁTEDRA DIGITAL

### Editor-chefe

Érico Braga Barbosa Lima

### Editores Responsáveis pelo nº 1 Gênero

Maria Cristina Furtado

Érico Braga Barbosa Lima

### Editor executivo

Luiza Trindade Oiticica

### Coordenação de tecnologia Lucas

Aere Luz

### Coordenação editorial

Maria Helena Ribeiro

### Assessoria editorial

Marcela Gentil Mutzenbecher

### Design Gráfico

Beatriz Andrade Haude

### Revisão

Neide Pacheco

### Conselho editorial Brasil

Alberto Cipiniuk — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) André

Moura — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) Benedito Antunes —

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

César Pessoa Pimentel — Faculdade de Ciências Médicas e Paramédicas Fluminense (SEFLU) Daniel

Coelho — Universidade Federal do Sergipe (UFS)

Evando B. Nascimento — Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Goiandira O. de Camargo — Universidade Federal de Goiás (UFG) Helena

Calone — Secretaria de Cultura do Acre

Leonardo Pinto de Almeida — Universidade Federal Fluminense (UFF)

Marcelo Santana Ferreira — Universidade Federal Fluminense (UFF) Marly  
Amarilha — Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Patrícia  
Constâncio — Prefeitura Municipal de Blumenau/AMEL  
Patrícia Kátia Costa Pina — Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Paula  
Glenadel Leal — Universidade Federal Fluminense (UFF) Ricardo Salztrager —  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Rogério da Silva Lima — Universidade de Brasília (UnB)  
Rosana Kohl Bines — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) Rui de  
Oliveira — Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)  
Santinho Ferreira de Souza — Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Sylvia Maria  
Trusen — Universidade Federal do Pará (UFPA)  
Solimar Patriota Silva — Universidade do Grande Rio (Unigranrio) Valéria da  
Silva Medeiros — Universidade Federal do Tocantins (UFT)  
Vera Teixeira de Aguiar — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

### **Conselho editorial estrangeiro**

Cecília Avenatti — Pontifícia Universidade Católica da Argentina (UCA – Buenos Aires) David Acevedo  
Santiago — Secretaria de Educación Pública (México)  
Ernesto Abad — Universidad de La Laguna (Canarias)  
Fernando Avendaño — Universidad Nacional de Rosário (UNR – Rosário) Jacques  
Leenhardt — L'École des Hautes Études en Sciences (EHESS – França) Jorge Larrosa —  
Universitat de Barcelona (UB – Espanha)  
Nicolás Extremeva Tapia — Universidad de Granada (Espanha)

### **iiLer (Instituto Interdisciplinar de Leitura) PUC-Rio**

#### **Diretor do IILER**

Alessandro Rodrigues Rocha

#### **Vice-diretora** Gilda

Carvalho

#### **Coordenação da Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio** Érico Braga

Barbosa Lima

#### **Conselho de Desenvolvimento** Eliana

Yunes

Luiz Antonio Coelho Jason

Prado

Jesus Hortal Sanchez S.J.



José Raymundo Martins Romeo Sergio  
Bruni  
Affonso Romano de Santanna  
Alessandro Rocha – Coordenador Maria  
Clara Cavalcanti  
Maria Helena Ribeiro Maurício  
Fernandes  
Érico Braga – Coordenador Luiza  
Trindade Oiticica  
Lucia Penteado – Coodenadora Viviane  
Moreira

**Biblioteca do iiLer**

Nanci Gonçalves da Nóbrega – Coordenadora

**Secretaria**

Nádia Barbosa – Secretária  
Samuel da Silveira

**Prestadores de Serviço**

Francisco Camêlo

# Normas para Publicação - Revista Catedra Digital

Serão aceitos textos originais inéditos que se enquadrem na temática solicitada. A decisão final sobre a publicação, ou não, do texto é sempre da Equipe Editorial. Todo o processo de editoração pode ser acompanhado pelos autores, contatando a Equipe Editorial da *Revista Catedra Digital* pelos endereços [luiza.iiler@gmail.com](mailto:luiza.iiler@gmail.com) e/ou [erico.catedra@gmail.com](mailto:erico.catedra@gmail.com).

## **Apresentação de originais**

Os textos originais para a seção de artigos deverão ser submetidos eletronicamente pelos endereços [luiza.iiler@gmail.com](mailto:luiza.iiler@gmail.com) e/ou [erico.catedra@gmail.com](mailto:erico.catedra@gmail.com), do seguinte modo:

1. Em editor de texto Word for Windows 6.0 ou posterior, com:
  1. Em espaço entrelinhas duplas (em todas as partes do manuscrito),
  2. Fonte Times New Roman, tamanho 12,
  3. Não excedendo o número de páginas apropriado à categoria em que o trabalho se insere,
  4. Página A4,
  5. 2,5 cm de margens superior e inferior, e 3cm de margens esquerda e direita.
- 2) Com imagens (caso o estudo as tenha) anexadas ao email em jpg, com resolução de 300dpi., apenas indicadas (e não copiadas) no corpo do texto onde devem ser inseridas.
- 3) Com o total dos arquivos encaminhados eletronicamente não ultrapassando 14MB.
- 4) Já com a indicação dos hiperlinks que deverão ser incluídos nos artigos.

## **Organização para apresentação dos trabalhos**

### **Citações e notas**

1. As citações literais, sejam de artigo, depoimento ou entrevista, com até 3 linhas devem ser digitadas normalmente no texto, entre aspas.
2. Citações com mais de 3 linhas devem ser colocadas em corpo menor (10) e com recuo de 4 cm, *sem* aspas.
3. Evite mais de 3 citações recuadas em uma única página.
4. No caso de textos sem versões publicadas em português, escrever a tradução em redondo e transcrever o original em nota de rodapé, com barras indicando quebras de linha no caso de poemas.
5. As referências bibliográficas *não* irão em notas de rodapé – salvo quando houver comentários extras sobre ela. Utilizaremos o sistema norte-americano (SOBRENOME AUTOR, ano: página), sendo fundamental checar se cada referência está contida adequadamente na bibliografia.
6. A citação direta deve ser exata, mesmo se houver erros no texto original. Se isso acontecer e correr o risco de confundir o leitor, acrescente a palavra [sic], sublinhado e entre colchetes, logo após o erro.
7. A omissão de parte do texto de uma fonte original deve ser indicada por reticências entre

colchetes [...].

8. A inserção de material (tais como comentários ou observações dentro da citação) deve ser feita entre colchetes.
9. A ênfase numa ou mais palavras deve ser feita com fonte sublinhada, seguida de [grifo (s) nosso (s)].
10. Todas as citações secundárias devem informar a referência original, utilizando o seguinte sistema: (SOBRENOME AUTOR *apud* SOBRENOME AUTOR, ano:página). Note que o termo *apud* deve aparecer sempre em itálico. Exemplo: (DICHERT *apud* ZILBERMANN, 1981:40).
11. Não utilizar termos como *idem*, *ibidem*, *op. cit.*
12. O intervalo de páginas deve ser anotado da seguinte forma: 3-9, 47-9, 173-8
13. As notas com comentários e observações, se imprescindíveis, deverão ser colocadas ao pé das páginas, com a ferramenta Notas/*Footnotes* do Word.

### **Referências bibliográficas**

Abaixo vão especificados modelos de referências bibliográficas segundo o tipo de publicação:

#### 1. Livros:

##### 1. Considerando o livro todo:

SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico*. Cidade de publicação: Editora, ano de publicação.

Por exemplo: SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Análise estrutural de romances brasileiros*. São Paulo: Ática, 1990.

##### 1. Considerando parte de um livro do mesmo autor:

SOBRENOME, Nome. "Título do trabalho". In *título do livro em itálico*. Cidade de publicação: Editora, ano de publicação, p. \_\_\_-\_\_\_.

Por exemplo: GARCIA, Othon M. "Preparação dos originais". In *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972, p. 395-407

##### 1. Considerando parte de um livro de obra coletiva:

SOBRENOME, Nome. "Título do trabalho". In SOBRENOME, Nome (org). *Título do livro em itálico*. Cidade de publicação: Editora, ano de publicação, p. \_\_\_-\_\_\_.

Por exemplo: CANDIDO, Antonio. "Ficção e Confissão". In RAMOS, Graciliano. *Caetés*. São Paulo: Martins, 1955.

##### 1. Considerando um livro de dois autores:

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico*. Cidade de publicação: Editora, ano de publicação.

##### 1. Considerando um livro de três ou mais autores:

SOBRENOME, Nome et al. *Título do livro em itálico*. Cidade de publicação: Editora, ano de publicação.

1. Considerando um livro antigo:

SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico* [ano da primeira edição]. Cidade de publicação: Editora, ano de publicação.

1. Teses:

SOBRENOME, Nome. *Título da publicação em itálico*. Cidade, Universidade, ano de publicação.  
Dissertação de \_\_\_\_ apresentada à Coordenação de Pós-Graduação em \_\_\_\_.

Por exemplo: LIMA, Vivaldo da Costa. *A família de santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia; um estudo de relações intergrupais*. Salvador, UFBA, 1977. Dissertação de mestrado apresentada à Coordenação de Pós-Graduação em Ciências Humanas.

1. Referência a artigos de periódicos:

SOBRENOME, Nome. "Artigo entre aspas", *Título do periódico em itálico*, Cidade de publicação, n. \_\_, v. \_\_, mês, ano, p. \_\_-\_\_

RONCARI, Luiz. "Sermão, folhetim e crônica: três gêneros fora do lugar", *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, n.11, v.65, ago., 1990, p.40-8

### **Revisão final**

Caso haja necessidade de alterações no original, o Editor entrará em contato com o autor, solicitando a mudança dentro do prazo necessário.

Caso os autores não devolvam indicando as correções, o texto será publicado com as alterações necessárias.

E-mail para contato e encaminhamento dos artigos:

### **Revista CÁTEDRA DIGITAL**

Cátedra UNESCO Leitura/PUC-Rio  
Rua Marquês de São Vicente, 225;  
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – Brasil  
CEP 22451-900  
Fone: (0xx21) 3527-1960

# Corpos, compostos, possíveis - Revista Catedra Digital

Este texto ainda me parece, antes mesmo de existir, um tanto etéreo, muito mais abstrato do que gostaria que fosse. Depois de tantos anos pesquisando as diversas noções de corpo que vêm pautando a cultura ocidental, assim como as muitas manifestações artísticas e culturais que vêm questionando, cada uma a seu tempo e em seus espaços, as noções instituídas de corporalidade, sinto que o corpo continua fugindo. Escapando. Além disso, com o passar dos anos, vem miniaturizando-se, tornando-se cada vez mais o menos. Ou o contrário do que a sua vocação primeira dizia ser: matéria, concretude, argamassa, pilar, de pé, forte, persistente, unificado. Dócil e bruto. Adornado ou desnudo. Faminto ou abastado. Esquálido ou carnudo. Com ou sem dentes. Ossos firmes ou quebrados. Ainda assim, esculpido em ossos. Ereto. Fechado, mesmo quando aberto. Inteiro, mesmo quando alquebrado. Todo, mesmo quando em partes. Reto, mesmo quando torcido.

Percebo que pesquisar o corpo e sua relação com a arte significa necessariamente questionar e, por conseguinte, afastar-se da dita concretude do corpo, aquela que o define a partir dessas particularidades “essenciais” acima aludidas. Isso porque pesquisar os regimes materiais pressupõe, antes de tudo, entender a construção histórico conceitual que foi alojando o corpo nessa relação de oposição ao imaterial. E que foi, enquanto matéria, definindo-o como totalidade apreensível e unificável. Esse mesmo corpo é o que servirá passivamente, posto que morto, à construção de sua concepção orgânica, forjada pela medicina moderna: partes hierarquizáveis num todo organizado que a sustente. Porém é óbvio, e todos vocês já sabem, que mesmo a desconstrução “relativa” do corpo biológico e orgânico (e digo relativa posto que ainda vivemos numa cultura sobre determinada por dois grandes feixes discursivos: o econômico e o médico) não nos ofereceu o trazer à tona alguma outra noção de corpo — outra noção que efetivamente desmontasse as oposições que a antiga noção sustenta, tais como: corpo x mente, carne x espírito, material x imaterial, etc.

No entanto — e essa é a observação mínima que gostaria de frisar aqui —, essa aproximação em lupa da noção de corpo, essa busca incessante pelos registros e regimes de materialidade no seio dos estratos discursivos e das relações simbólicas, que vem marcando uma certa disposição do pensamento teórico-crítico ao longo de todo o século passado e ainda hoje, essa aproximação das materialidades, que leva necessariamente à desnaturalização do conceito de corpo, se nos aproxima, se não de um outro conceito de corpo (logicamente impossível pelo próprio desmonte a que chegamos da noção), leva-nos à sua radical pulverização. Movimento paradoxal que, na busca pelos registros materiais, encontra apenas seus desaparecimentos, restos, lampejos.

Esse movimento ou gesto paradoxal assume repercussão e reviravolta a partir dos textos de Paul Beatriz Preciado e a forma como os mesmos vêm propondo à questão do gênero um novo desafio. Tomo, para olharmos um instante para a questão, a discussão de Preciado com Butler, que é exemplar para esboçar a mudança (bastante recente aliás: dos anos 90 para os anos 2000) na abordagem acerca da definição do conceito de gênero.

Diz Preciado:

El género no es simplemente performativo (es decir un efecto de las prácticas culturales lingüístico-discursivas) como habría querido Judith Butler. El género es ante todo prostético, es decir, no se da sino en la materialidad de los cuerpos (PRECIADO, 2011, 21).

Essa simples assertiva desloca em massa a discussão anterior que, ao menos até Butler, considerava o

gênero como um ato performativo (pautado nos atos de linguagem). Saímos, por conseguinte, da premência em identificar a materialidade como algo interior às práticas discursivas e adentramos — aparentemente — numa espécie de materialidade *tout court* que, no entanto, acabará por fazer com que cheguemos à sua própria destituição. Vejamos a conclusão, também exemplar, de Preciado a esse respeito:

Los órganos sexuales como tales no existen. Los órganos que reconocemos como naturalmente sexuales son ya el producto de una tecnología sofisticada que prescribe el contexto en el que los órganos adquieren su significación (relaciones sexuales) y se utilizan con propiedad, de acuerdo con su “naturaleza” (relaciones heterosexuales). Los contextos sexuales se establecen por medio de delimitaciones espaciales y temporales sesgadas. La arquitectura es política. Es la que organiza las prácticas y las califica: públicas o privadas, institucionales o domésticas, sociales o íntimas (PRECIADO, 2011, 23).

Reparem que o percurso efetuado da crítica da materialidade, antes vista apenas no plano da linguagem, leva, num primeiro momento, à análise das práticas de inscrição ou de construção da materialidade mesma dos corpos. No entanto, a análise das inscrições dessas práticas nos corpos leva, num segundo momento, à negação da materialidade desses mesmos corpos. De algum modo, e é essa aqui a hipótese, o deslocamento que se opera faz com que: 1) se saia da materialidade vista apenas ou enfaticamente como acontecimento discursivo — no plano da linguagem — performativo; 2) que se volte ao corpo e, por conseguinte, à sua anatomia, em seu sentido mais restrito e arcaico (órgãos sexuais); 3) que se entenda que essa arquitetura orgânica é, ela mesma, uma invenção — logo, negação brutal da aparente manifestação concreta da corporalidade; 4) que se chegue a essa negação por uma acoplagem entre os mecanismos simbólicos/discursivos e os mecanismos orgânicos/corporais; 5) acoplagem que obviamente resulta das relações de produção cada vez mais sofisticadas de corpos protéticos. Observem, por exemplo, o valor supremo que vem adquirir o dildo para o funcionamento das proposições de Beatriz Preciado. O que é interessante notar, e isso é o que tento esboçar aqui, é que uma acoplagem propriamente maquínica ou protética, entre o simbólico e o real, entre o discurso e a matéria, o performativo e o concreto, a linguagem e o corpo, dará origem a uma outra zona, ainda pouco conhecida por nós.

Tal zona não deixou de ser explorada pelos teóricos, críticos, escritores que, desde a segunda metade do século, vêm insistindo em mostrar os modos de construção da realidade e mesmo essa aparente realidade do corpo. Quando a literatura da segunda metade do século XX quis dizer-nos que muitas vezes uma história se faz sem nada ter o que contar, nós começamos a ter que deparar com a transformação radical daquilo que antes parecia caracterizar a vocação, a disposição de uma certa coisa, e mesmo que essa “coisa” seja o nosso próprio corpo: “escrever é o contrário de contar histórias. É contar tudo ao mesmo tempo. É contar uma história e a ausência dessa história. É contar uma história que passa pela sua ausência.” (DURAS, 1987,35). Mesmo que possa parecer ainda distante aos nossos olhos, uma literatura que não conta nada aproxima-se de um sexo que não se define mais biologicamente, espraiando o corpo num horizonte muito para além de sua aparente “naturalidade”.

A partir dessas reviravoltas, é que chegamos às recentes experimentações de Paul Beatriz Preciado e, diante dele, podemos perguntar acerca da sobrevivência dessas ausências, daquilo que não possuímos ou portamos, mas que, ao contrário, vamos constituindo. Se entendemos que as relações entre o que podemos ou não dizer, entre o que temos ou não direito de dizer relaciona-se com a constituição de nossos corpos, aproximamo-nos muito mais do que surge hoje a nossa volta. Veja, por exemplo, o movimento, todo ele criado na rede social, que ocorreu em novembro de 2015 no Brasil, com a hashtag #meuprimeiroassedio. Observe como essa massa discursiva desvendou um conjunto de corpos impostos como sendo o corpo da mulher brasileira. E como nele uma certa naturalização da violência, muitas vezes do mero desrespeito havia-se configurado como estrato fundante de um modo de existir em seu próprio corpo em nossas sociedades.

Ainda precisaremos de muitos anos para observar de que modo esse dizer, esse contar ou esse não saber como contar aberto pela massa discursiva dos primeiros assédios, foi abrindo a possibilidade para que outros corpos se tramassem em outras nuances.

Tudo isso me parece ainda hoje um problema crítico e clínico a ser enfrentado. Com ele, finalizo, cheia de perguntas, com muito poucas respostas.

Voltemos a Preciado, que diz:

Esta disciplina contrasexual se desarrolla en el sentido de una transformación general del cuerpo, similar a las conversiones somáticas, a las prácticas de la meditación extrema, a los rituales propuestos en el body art y en determinadas tradiciones espirituales (PRECIADO, 2011, 29).

Se, por um lado, dessa disciplina vemos emergir a rasura radical da definição do sexo não apenas no âmbito discursivo do feminino / masculino, mas no âmbito dos próprios órgãos sexuais, por outro lado, o autor diz que sua busca por novas corporalidades inspira-se das “convulsões somáticas” próximas às tradições espirituais. Estamos talvez perto dessas corporalidades sutis, incorpóreas quiçá, que afrontam de modo radical a materialidade, dela saindo com as mãos novas (aparentemente vazias) para oferecer ao mundo. Nesse sentido, a experimentação de Preciado em seu “diário” Testo Yonqui não deve ser vista apenas com os velhos olhos que julgam estar diante de uma mulher transformando-se num homem. Esses pilares definidores foram de tal modo abalados que sua experimentação parte do pressuposto de que existem  $n$  sexos possíveis, ainda não desbravados.

Todas essas questões, parece-me, assumem hoje um lugar não apenas teórico e conceitual mas também político, posto que eles testam os lugares sociais atribuídos ao sexo (veja toda a discussão no Brasil em torno do uso do nome social)<sup>[1]</sup>; mas, ainda além, testam a nossa própria experiência cotidiana, fazendo com que as redes afetivas, eróticas e sexuais, os lugares de lazer, de saber e de poder sejam questionados como plataforma de apropriações políticas de/ e a partir dos nossos corpos. Não por acaso, a questão do corpo emerge hoje enfaticamente no campo das novas manifestações políticas, e não apenas em termos estéticos ou conceituais. É muito comum ouvirmos o discurso que majoritariamente afirma estarmos diante, ou num tempo, de manifestações apolíticas (ou despolitizadas) da política. Tais assertivas emergem tanto como crítica que desconsidera a insurgência de composições políticas apartidárias quanto como crítica que desconsidera qualquer emergência afetiva e sensível como campo de manifestação política.

Essa “subjetividade qualquer”, que, depois das leituras de Deleuze e Guatarri, emerge como crivo de recepção do novo modo de fazer ou pensar as composições político-subjetivas contemporâneas me parece apenas uma primeira tentativa, num oceano de reflexões e modos de ações por vir.

No entanto, e isso queria pontuar aqui, parece absolutamente fundamental entender como a ultrapassagem da forma corpo implica necessariamente esse questionar da antiga estabilidade que nos garantia apartar e identificar o que era político do que era subjetivo. E em consequência, garantia ainda mais: um certo poder de identificar o que era político e o que era subjetivo. Não por acaso, tanto os novos modos de manifestar-se politicamente quanto as forças repressoras e conservadoras que agem diante desses modos vêm de novo imprimindo-se tão fortemente sobre esses corpos não “identificáveis”<sup>[2]</sup>. Sob esse aspecto, ainda um sem-número de questões torna-se necessário para que se consiga esboçar, desenhar ou mesmo viver essa outra zona ou borda, que, segundo Kunichi Uno, “traça uma linha catastrófica que se enrola em torno de um corpo pouco visível, mas extremamente presente e sensível. Um tal corpo vive e dá vida a um tal tempo, uma vez que, até então, estivemos tão preocupados com o espaço e o território, assim como com as organizações e seus órgãos” (UNO, 2013, 67).

## Notas

[1] Para tanto sugiro ler TORRES, Daniela Barros & VIEIRA, Luciana. "As travestis na escola: entre nós estratégias de resistência". In *Quaderns de Psicologia*, vol. 17, num. 3, 2015. [www.quadernspsicologia.cat](http://www.quadernspsicologia.cat)

[2] Note que nas manifestações de julho de 2013 no Brasil emergem, tanto por parte da mídia oficial repressora aliada da polícia militarizada nomes que buscam dar nome a esses 'inomináveis' ou a essas 'subjetividades qualquer' tais como: vândalos, baderneiros entre outros; quanto por parte dos manifestantes o uso crescente de personagens-nomes: Sininho, Batman, Bakutin, assim como o uso crescente desse impessoal que se apropria de nomes e vidas "somos todos Amarildo", "A Maré, Amar é, Amarildo", num deslizamento poético irônico que não deveria ser desconsiderado como modo concreto de atuação política.

### **Bibliografia**

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Col. Sujeito & História.

DURAS, Marquering. *La vie matérielle*. Paris: Gallimard, 1987.

DURAS, Marquering; GAUTHIER, Xavière. *Les Parleuses*.

Paris: Minuit, 2013. PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrasexual*. Espanha: Anagrama, 2011.

\_\_\_\_\_. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

TORRES, Daniela Barros & VIEIRA, Luciana. "As travestis na escola: entre nós estratégias de resistência". In *Quaderns de Psicologia*, vol. 17, num. 3, 2015. Disponível em [www.quadernspsicologia.cat](http://www.quadernspsicologia.cat)

UNO, Kunichi. *A gênese do corpo desconhecido*. São Paulo: N-1, 2013.

[Ana Kiffer](#) é Professora do Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio



# Violência de gênero e a educação no Brasil - Revista Catedra Digital

## Introdução

O índice de “violência de gênero” no Brasil é considerado um dos mais altos do mundo. Em vista disso, inúmeros debates têm sido realizados por diversos setores da sociedade brasileira, mas, de modo geral, o objetivo principal dos encontros tem se limitado a analisar o conceito de “gênero”, suas vantagens, desvantagens e apontar os perigos dele decorrentes. Enquanto esses debates acontecem — com forte divergência entre grupos conservadores e progressistas — “a violência de gênero” aumenta, ceifando ou destruindo a vida de muit@s

[\[1\]](#) mulheres e pessoas do grupo LGBTTI [\[2\]](#).

De acordo com os órgãos governamentais responsáveis pelas políticas públicas nessa área, importantes vitórias em termos de lei têm sido alcançadas ao longo dos anos, e, entre outras ações, diversos planos educacionais foram elaborados, com material apropriado, e a capacitação de professores e de coordenadores, realizada por profissionais especializados. Desse modo, o setor educacional começou a se preparar para eliminar o *bullying* “homotransfóbico” [\[3\]](#) e trabalhar a igualdade de gênero e o respeito ao diferente. Porém, nos dois últimos anos, surgiram algumas dificuldades. A “lei do feminicídio” aprovada para as mulheres deixou de fora travestis, transexuais, lésbicas e outros. Em 2014, na aprovação do Plano Nacional de Educação e, em 2015, na votação dos planos estaduais e municipais de educação, a palavra “gênero” foi excluída de muitos planos.

É importante realçar que a “violência de gênero” não é uma realidade apenas brasileira, e o termo “gênero” [\[4\]](#), apesar de inspirar textos, poesias, e despertar o interesse de muitas pessoas pelo tema, tem sido mal interpretado por alguns grupos não só no Brasil mas também em diversos países da América Latina e Europa. Apesar dos embates que têm causado — devido à seriedade da problemática da “violência de gênero” e à luta pela igualdade de direitos para as mulheres e para o grupo LGBT — as decisões em prol de uma educação voltada para gênero estão sendo tomadas tanto por países quanto por alguns órgãos de âmbito mundial, com a criação de metas a serem cumpridas. É o caso do “Marco de Ação Educação 2030”, elaborado e aprovado no final do ano de 2015, na França, por ministros e representantes dos Estados-membros da UNESCO. Trata-se de um documento que chama a atenção para a importância de se trabalhar “gênero”, enfatizando “a igualdade de gênero” como fator preponderante para os objetivos de melhoria do ensino até 2030. Esse documento dá ainda atenção especial à discriminação baseada em gênero, aponta os grupos vulneráveis e afirma que todo objetivo educacional só será considerado cumprido se for alcançado por todos (OTERO, 2015).

Para entendermos a importância desse documento e da necessidade de termos uma ação educacional concreta, reflexiva em relação a gênero, mostrarei um pouco da realidade desse tipo de violência no Brasil.

## Violência de gênero

Trata-se da violência contra a mulher e todas as pessoas que possuem características femininas, ou são percebidas como tais, ou que não se encontram no padrão aceito como masculino ou feminino. Refere-se à violência que uma pessoa sofre em razão do “gênero” que possui e das expectativas em relação ao papel que o seu “gênero” deve cumprir na sociedade. Violência essa que começa através de relações de poder que procuram subordinar o que está relacionado com o feminino.

Vamos começar mostrando a violência contra a mulher.

Desde 1996, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a violência doméstica contra a mulher como uma questão de saúde pública (GROSSI, 1996). Entre as violências mais conhecidas, estão a violência física e a violência sexual. Na primeira, a vítima pode sofrer lesões externas ao feminicídio [5]. No Brasil, 11 mulheres são assassinadas por dia, e 70% desses crimes ocorrem dentro de casa, cometidos pelo marido ou ex-marido, noivo ou ex-noivo, ou outros. (GOMES, 2011). A violência sexual vai desde o estupro à coerção sexual, o tráfico humano, incluindo a prostituição, e a exploração econômica de meninas e mulheres (FONSECA & LUCAS, 2006). São cerca de 50 mil casos de estupro por ano, e 50,7% do total são menores de 13 anos (ULTIMO SEGUNDO, 2014). Em relação ao mercado sexual, a estimativa é que 500 mil a 2 milhões de meninas, de idades entre 12 e 17 anos, estejam no mercado, sendo o Brasil uma das fontes de tráfico internacional de mulheres e meninas para a Europa, Japão, Israel e Estados Unidos (GLOBAL MARCH, 2002). Podemos ainda falar do matrimônio precoce e forçado, em que cerca de 550 mil garotas, de 10 a 17 anos, são “casadas”, embora muitas dessas uniões sejam informais, pois, no Brasil, a relação sexual com menores de 14 anos, mesmo consensual, é considerada crime (ZAIDAN, 2016).

Além das violências aqui citadas, poderíamos falar de outros tipos de violência: emocional, psicológica, institucional, simbólica e patrimonial.

Números igualmente alarmantes nos trazem a violência contra o grupo LGBTTI. No Brasil, a cada 28 horas, uma pessoa do grupo LGBTTI é assassinada. Nos últimos quatro anos, o número de denúncias ligadas à homofobia aumentou 460%, sendo o Brasil considerado o campeão mundial de crimes “homotransfóbicos”. Em 2014, 40% dos assassinatos de transexuais e travestis foram cometidos no Brasil (EBC, 2014).

Existem algumas regiões do País, cidades ou mesmo bairros, onde essa violência é ainda mais frequente por ser um universo marcado pela dominação masculina, que cobra as hierarquias de gênero. Nesses lugares, a homossexualidade é associada a uma representação daquelas próprias pessoas, e qualquer um que sinta sua sexualidade questionada percebe o grupo LGBTTI como ameaça. Nesse contexto, a “travesti” é a mais visada por exercer um papel fundamental na representação da sexualidade. Talvez esse seja o motivo por que os crimes contra os LGBTTI sejam tão violentos. Sabe-se, até, que existem grupos de extermínio.

Contudo, a violência de gênero contra o grupo LGBTTI não acontece só em lugares públicos — ela ocorre dentro de casa, nas escolas, nas igrejas. Os agressores são conhecidos das vítimas: familiares, vizinhos, colegas de escola, professores, irmãos na fé, e até orientadores espirituais. Através deles, as pessoas LGBTTI sofrem *bullying*, são humilhadas, ameaçadas, discriminadas, recebem agressões físicas e, em alguns casos, são assassinadas. Há registro de morte por familiares que disseram estar procurando fazer com que a pessoa mudasse a sua identidade sexual ou a orientação sexual. Toda essa violência “exclui” ou leva a pessoa a “se excluir” da sociedade.

As consequências da “violência de gênero” são desastrosas. Além das marcas deixadas no corpo da vítima pela agressão física ou sexual, há uma série de sequelas psicológicas que as pessoas, de modo geral, levam para a vida toda: insônia, pesadelos, irritabilidade, falta de concentração, inapetência, depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático. Podem, também, adotar comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool e drogas, ou tentativas de suicídio (KASHANI & ALLAN, 1998).

## **Conclusão**

Diante da realidade brasileira, acredito que se possa perceber a importância de termos ações efetivas para uma educação inclusiva reflexiva sobre as relações humanas, que desconstrua o padrão ideal masculino no qual a mulher é inferior ao homem e leve à percepção da igualdade de gênero e à necessidade do

respeito às diferenças.

Como diz René Girard, “a violência é resultado do desejo mimético” porque a característica desse desejo é a apropriação do que se quer. Para Girard, todo desejo é mimético, isto é, o desejo de uma pessoa surge a partir do desejo de outra. Essa afirmação deve ajudar-nos na conscientização de que, desde pequen@s, reproduzimos palavras e ações de acordo com os desejos de nossos pais, professores, orientadores espirituais etc. Como o paradigma da superioridade masculina em detrimento da feminina é muito antigo, todos nós o introjetamos como verdade, e o reproduzimos. Dessa forma, só será possível modificar o atual quadro, se mudarmos as relações entre as pessoas. Para isso, será necessário termos uma educação que reflita e ajude a modificar esse paradigma em casa, nas escolas, nas igrejas, de modo que os “discursos” e as “ações” passem a valorizar, igualmente, o masculino e o feminino.

Na atualidade, tanto a mulher como o grupo LGBTTI estão empoderando-se, desbravando e conquistando espaços. Entretanto, para que as relações nos lugares públicos e privados sejam benéficas para tod@s, será necessário ainda que a educação: i — leve a pessoa a se sentir livre para se conhecer, valorizar-se, respeitar-se e se desenvolver; ii — ajude a trabalhar suas relações de modo que estas valorizem, respeitem o outro, e este possa desenvolver-se; iii — possibilite descobrir o que faz parte da sua construção histórica, e o que é natural, ou seja, pertence às suas características biológicas; iv — respeite as pessoas, para que elas percebam que, independentemente de raça, religião, sexo, gênero e diversidade sexual, todas são amadas por Deus e possuem o mesmo potencial para a bondade, para a plenitude e para viver a sua fé.

No Antigo Testamento, encontramos em Oseias 6,6: “Porque eu quero misericórdia e não sacrifício; e o conhecimento de Deus, mais do que holocaustos”. Novamente, no Novo Testamento, Mateus 9,13 nos diz: “...Misericórdia quero, e não sacrifício”. O Papa Francisco disse, em seu novo livro, que “A misericórdia é a ‘carteira de identidade de Deus’, pois é a própria essência de Deus”. Então, eu gostaria de terminar, trazendo o significado de misericórdia. Está no dicionário: “compaixão, perdão, comiseração, respeito e amor” Dito isso, a meu ver, “todos” os relacionamentos devem ser movidos por misericórdia, pois, só assim, teremos: igualdade, respeito, inclusão, justiça e liberdade, sem violência.

## Notas

[1] @ Este símbolo será usado neste artigo para mostrar que a palavra representa ‘masculino e feminino’. Ex: muitos e muitas [2] A sigla LGBTTI significa lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, e intersexual. [3] Bullying motivado por homofobia e transfobia. Ou seja, pela pessoa ser homossexual ou transexual. [4] O ‘conceito de gênero’, como hoje é conhecido, surgiu em 1970. Este conceito não tem a intenção de negar totalmente a biologia dos corpos e sim enfatizar a construção social e histórica sobre as características biológicas [5] Assassinato de mulher ou jovem do sexo feminino. Bibliografia

EBC. Homofobia gera um assassinato a cada 28 horas no Brasil. Cidadania, 16/05/2014. Disponível em [www.ebc.com.br/cidadania/2014/05/homofobia-gera-um-assassinato-a-cada-28-horas-no-brasil](http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/05/homofobia-gera-um-assassinato-a-cada-28-horas-no-brasil). Acessado em 05/09/2015.

FONSECA, Paula M. da; LUCAS, Taiane N. S. Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas. In: Monografia de conclusão da graduação em Psicologia. FBdC/Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Disponível em [newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf](http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf). Salvador: Ba, 2006.

GIRARD, René. *Mentira Romântica e Verdade Romanesca*. São Paulo: É realizações, 2009.

GOMES, Luis Flávio. *Violência machista universal: 11 mulheres são assassinadas por dia no Brasil*. IAV, 2/12/2011. Disponível

em

[institutoavantebrasil.com.br/violencia-machista-uni](http://institutoavantebrasil.com.br/violencia-machista-uni)

[versal-11-mulheres-sao-assassinadas-por-dia-no-brasil](#). Acessado em 27/08/ 2015. GLOBAL MARCH.

*Explotación sexual en el Brasil*. Disponível em [globalmarch.org/worstfor\\_msreport/world/Brazil.htm](http://globalmarch.org/worstfor_msreport/world/Brazil.htm).

Publicado em 2002.

GROSSI, Patrícia Krieger. “Violência contra a mulher: implicações para os profissionais da saúde”. In: LOPES, Meyer de Waldow. *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes médicas, 1996, p. 133-139.

KASHANI, Javad H.; ALLAN, Wesley D. *The impact of family violence on children and adolescents*. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1998.

OTERO, Rebeca. “Planos de educação do país devem incorporar perspectivas de gênero”. In: Portal UOL: 13/12/2015. Disponível em [noticias.uol.com.br/opiniaocolumna/2015/12/13/planos-de-educacao-dopais-devem-incorporar-perspectivas-de-genero.htm](http://noticias.uol.com.br/opiniaocolumna/2015/12/13/planos-de-educacao-dopais-devem-incorporar-perspectivas-de-genero.htm).

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO, DEPARTAMENTO DA DIVERSIDADE, NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL. Diretrizes de Gênero e Diversidade sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Versão preliminar. Curitiba: Pr, 2010.

JORNAL ULTIMO SEGUNDO. Mais da metade das vítimas de estupro no Brasil tem menos de 13 anos, diz estudo. *Notícias*: 27/03/2014.

Disponível em

[ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-03-27/mais-da-metade-das-vitimas-de-estupro-no-brasil-tem-menos-de-13-anos-diz-estudo.html](http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-03-27/mais-da-metade-das-vitimas-de-estupro-no-brasil-tem-menos-de-13-anos-diz-estudo.html). Acessado em 27/03/2015.

ZAIDAN, Patricia. “Os bastidores da reportagem que foi buscar crianças casadas no Brasil”. In: Revista Claudia: 11/01/2016. Disponível em [mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/claudia/reportagem-criancas-casadas-no-brasil](http://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/claudia/reportagem-criancas-casadas-no-brasil).

Maria Cristina Furtado é psicóloga, teóloga e mestra em teologia. Doutoranda em teologia na PUC-Rio, com pesquisa sobre “violência de gênero”, é professora do curso de Psicologia e Teologia; Tutora do curso de Iniciação teológica a distância da PUC-Rio. Participa do grupo de pesquisa “Diversidade sexual, Cidadania e Religião”, da PUC-Rio, e junto com o grupo lançou em 2015 o livro: *Teologia e Sexualidade: Portas abertas pelo Papa Francisco* (org. Luis Corrêa Lima), onde escreveu o capítulo: “Um breve passeio pela sexualidade através das Ciências, do Estado e da religião”. Maria Cristina é coeditora da Revista Cátedra Digital vol. 1 – edição Gênero.

# Movimentos feministas e novas perspectivas sobre as masculinidades - Revista Catedra Digital

## Introdução

As relações de gênero acontecem de diversas formas. Ao longo da história recente, sobretudo em função do patriarcalismo, os movimentos feministas tiveram a tendência da contraposição radical aos sistemas socioculturais denunciando-os em suas ideologias machistas. Essa radicalização, e não podia ser diferente, entrincheirou homens e mulheres numa disputa por espaços simbólicos e concretos. Não obstante a real necessidade das tensões vivenciadas nesse processo por afirmação de direitos, outro elemento se destaca no cenário das relações de gênero: o aprendizado mútuo que ocorre entre homens e mulheres. Masculinidade e feminilidade são fertilizadas à medida que os movimentos feministas se colocam no cenário social. O enriquecimento que essa presença promove nas mulheres é notório bastando comparar a realidade das mulheres das gerações passadas com as atuais. Contudo, o ganho que a masculinidade tem a partir dos movimentos feministas é que nem sempre é mensurado.

É exatamente sobre a incidência dos movimentos feministas na masculinidade que nos propomos refletir. E isso numa perspectiva bem particular: como o feminismo – sem que essa seja sua pauta objetiva – age como maieuta de uma nova masculinidade.

O feminismo como maiêutica para uma masculinidade amadurecida. Maiêutica como arte de parturir

A origem da expressão “maiêutica” está intimamente relacionada à biografia do filósofo Sócrates. Do ofício de sua mãe Fenarete, que era parteira, Sócrates retira a inspiração para seu método filosófico: “a minha arte de obstetra assemelha-se [...] à das parteiras” (PLATÃO, 2007:54).

Maiêutica (*Maieutiké*) significa exatamente arte de realizar um parto. Foi Platão quem criou a palavra *maieutiké*, e a utilizou em alguns de seus diálogos, para referir-se ao “parto das idéias” ou “parto das almas” realizado pelo método socrático. No diálogo Teeteto Platão descreve da seguinte forma a maiêutica e sua importância para Sócrates:

Sócrates – Ora, a minha arte de obstetra assemelha-se em todo o resto à das parteiras, mas difere dela sobre o fato de agir sobre os homens e não sobre as mulheres, e cuidar das almas grávidas e não dos corpos. E a minha maior capacidade é que eu consigo discernir seguramente se a alma do jovem dá à luz uma quimera e uma mentira, ou se a algo real. Pois eu tenho em comum com as parteiras o fato de ser também estéril... de sapiência; e a reprovação que muitos já me fizeram, que eu sempre interrogo os outros, mas não manifesto nunca sobre qualquer questão o meu pensamento, ignorante que sou, é uma reprovação verdadeira. E a razão é que o Deus obrigou-me a ser obstetra, mas proibiu-me de gerar. Eu sou, portanto, ignorante, e de mim não sai nenhuma sapiente descoberta que tenha sido produzida pela minha alma; ao invés, aqueles que se comprazem da minha companhia, embora alguns deles pareçam no início totalmente ignorantes, continuando a frequentar-me, conseguem, em seguida, desde que Deus o permita, extraordinário proveito, como eles mesmos e os outros constatam (PLATÃO, 2007:54).

Como Platão mostra, Sócrates age no sentido de extrair de almas grávidas, e de somente destas, conhecimentos apriorísticos e latentes aos homens. Platão continua mostrando o procedimento socrático e como o próprio Sócrates compreende seu papel.

E é claro que não aprenderam nada de mim, mas unicamente por si mesmos aprenderam e geraram

muitas e belas coisas. [...] E a minha arte tem justamente o poder de, ao mesmo tempo, suscitar e acalmar as dores. Assim se passa com eles (PLATÃO, 2007:54).

Desta forma está dado o processo de descoberta da verdade, ao mesmo tempo em que estão anunciados os dramas de tal processo. A verdade tem antes de si um caminho a ser percorrido. Esse caminho está marcado pelas estações do reconhecimento da ignorância das opiniões. Somente superadas tais estações é que a verdade pode ser encontrada.

Propondo meios para discernir entre “almas grávidas” e “almas vazias” Platão segue com o diálogo de Sócrates com Teeteto.

Pois bem, caro amigo, contei-te toda esta história justamente por isso, porque suspeito que tu, e talvez tu mesmo creias, estejas grávido e sintas as dores do parto. Portanto, confia-te a mim, que sou obstetra e filho de parteira; e o que te pergunto, tenta responder da melhor maneira possível. Se, depois, examinando as tuas repostas, eu encontrar que algumas são quimeras e não verdades, arranco-as de ti e lanço-as fora, e não te zangues comigo como fazem com seus filhos as que dão à luz pela primeira vez (PLATÃO, 2007:55).

O método socrático propõe que a verdade existe e que pode ser encontrada num processo de conhecimento. Contudo, tal conhecimento precisa encontrar sua direção adequada. Como descreve M. Chauí ao trabalhar o pensamento socrático: “se não conseguimos contemplar a verdade na natureza é porque fomos buscá-la no lugar errado: não está fora de nós, mas dentro de nós” (CHAUÍ, 2002:190).

O método socrático, sendo intrinsecamente dialético, postula que a verdade é o “resultado de um processo de reflexão do próprio indivíduo, que descobrirá a partir de sua experiência, o sentido daquilo que busca” (MARCONDES 2002:47). O filósofo, na compreensão de Sócrates, é apenas o maieuta, o parteiro das ideias. Caberá a ele o conduzir no caminho (*métodos*) os que se encontram grávidos de uma realidade que está por vir. Somente a partir desse encontro com a própria condição que, para Sócrates, “o indivíduo tem o caminho aberto para encontrar o verdadeiro conhecimento (*episteme*), afastando-se do domínio da opinião (*doxa*)” (MARCONDES, 2002:47).

O feminismo como maieutica para a verdade da masculinidade

A partir daqui tomamos a compreensão da maieutica socrática aproximando-a do que ocorre na relação entre o feminismo como movimento histórico dos séculos XIX e XX e, o desejável amadurecimento da masculinidade. As relações se dar-se-iam da seguinte forma: a figura grávida de uma nova realidade é a masculinidade, contudo carente de reconhecer a ignorância que constitui sua identidade de macho (isso seria o que Sócrates identifica como encontrar-se no domínio da opinião – *doxa*). A figura do filósofo como maieuta seria o feminismo, que em função da consciência esclarecida sobre a verdade pode contribuir para que a *episteme* acerca da masculinidade venha a emergir da *doxa* machista.

O início do feminismo como movimento social organizado pode ser notado no século XIX. Segundo Guacira Lopes Louro percebe-se o feminismo em duas “ondas”. As lutas pelo direito de voto para as mulheres, na virada do século XIX para o XX, caracterizariam a “primeira onda” do feminismo. Sob os ecos do sufrágio da “primeira onda”, a “segunda onda” do movimento se desdobraria no final da década de 60, mais preocupada com construções propriamente teóricas (LOURO, 2003).

Nesse segundo momento o feminismo assume uma atitude questionadora e contestadora frente ao patriarcalismo entendendo que este se constitui como elemento formativo de toda sociedade ocidental. Tal atitude pode ser claramente percebida na revolução de costumes dos anos 60, como destaca Linda Hutcheon em *Poética do pós-modernismo*:

Uma contestação da autoridade (masculina, institucional), uma aceitação do poder como base da política sexual, uma crença na função do contexto sociocultural na produção e na recepção da arte. Todas essas contestações tornariam a si evidenciar como sendo as bases dos paradoxos do pós-modernismo no futuro imediato. (HUTCHEON, 1991:91).

Essa atitude questionadora, bem como a aquisição de um repertório conceitual para o enfrentamento das estruturas patriarcais, tem algumas de suas origens ainda em Margaret Mead, que nos anos 30 exerceu influência sobre as teorias de gênero e da sexualidade. Ao publicar *Sexo e temperamento* (1935) a antropóloga americana sistematizou o ponto de partida da construção cultural de gênero, ao considerar que homens e mulheres são entidades diferentes influenciadas pelas sociedades. Mead afirmava, assim, que ser homem ou mulher era uma construção social e não apenas uma herança biológica, estando na cultura a causa principal das variações das identidades de gênero (MEAD, 1996).

Seguindo esse processo de estruturação, destacam-se mais dois nomes de relevo que influenciaram como articuladores das ideias feministas. São considerados atualmente como clássicos dos estudos da mulher: *O segundo sexo* (BEAUVOIR, 1949) da francesa Simone de Beauvoir e, *A mística feminina* (FRIEDAN, 1963) da americana Betty Friedan. Ambas as escritoras defenderam os postulados do que viria a ser o movimento feminista, fortalecendo e dando corpo a iniciativas que só encontrariam ecos na América Latina a partir da década de 70.

Rose Marie Muraro mostra como a projeção dos estudos de gênero na década de 80 do século XX acontece exatamente num momento de mudança de perspectiva:

Elas [as mulheres] começam a entrar em massa no sistema produtivo durante a década de 1960. E nos anos 80, após terem fracassado em imitar o homem, adotam uma nova estratégia: trazer a lógica feminina para dentro da lógica masculina. E ambas as lógicas começam a mostrar o que realmente são. (MURARO, 2002:197).

Explorada inicialmente pela Antropologia nos Estados Unidos, a categoria de gênero foi usada com o objetivo de evidenciar a discriminação sofrida por mulheres em todos os níveis: econômico, político, social, etc. Num primeiro momento, o interesse fundamental estava voltado para a condição da mulher na sociedade ocidental: sua submissão, a violência que sofria, o contexto cultural que favorecia tal situação. Dessa forma, o masculino e, principalmente, as interações entre os dois gêneros não eram tão enfatizados. Com o incremento dos “estudos sobre as mulheres”, foram mais destacadas as inter-relações entre os gêneros e se começou-se a considerar o aspecto inter-relacional das identidades masculina e feminina.

Aqui unimos a compreensão da necessidade de considerar a masculinidade e a feminilidade em perspectiva inter-relacional, com a perspectiva de que a diferença comportamental entre os sexos e as características ditas masculinas ou femininas são *constructos* sociais. Nesse sentido, é possível então afirmar que tais condições podem ser aprendidas e reaprendidas e, que esse aprendizado só ocorre nas relações (muitas vezes tensas) entre homens e mulheres. Homens são homens em relação às mulheres e vice-versa.

Uma nova masculinidade parturiada pelo feminismo desde o ventre do macho

A masculinidade tem sido interpretada ao longo da história preponderantemente sob o signo do macho. Tal interpretação aprisionou o homem numa cadeia de virilidade, violência, poder, insensibilidade e solidão, dessa cadeia, essa masculinidade pervertida fez seu trono. Um trono que como qualquer outro se constitui-se em espaço de poder e tirania. Sentado em seu trono, empunhando o fálico cetro, o homem macho dispõe como quer de seus súditos, que não são somente as mulheres como por vezes se imagina,

mas também seu próprio ser masculino que, reprimido dentro da casca de macho, sucumbe às dores de não poder se expressar.

O feminismo como movimento social se constituiu no contexto de um mundo tornado macho em todas as suas instituições, desde a economia até a política as relações eram absolutamente lidas na perspectiva do macho. O feminismo estabeleceu dialeticamente o elemento da tensão nas relações que se encontravam artificialmente harmonizadas. Enquanto as feministas da “primeira onda” negavam o masculino, considerando-o a representação do dominador, do explorador, e sempre em oposição a tudo que se representa enquanto feminino; as feministas que aderiram aos estudos de gênero começaram a considerar que tal relação era histórica, por isso, construída.

Como afirma Joan W. Scott:

“Gênero” como substituto de “mulheres” é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a utilidade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1990:7).

Nesse sentido, no mesmo momento em que o feminismo desconstruiu estereótipos femininos, pôs em cheque também as imagens que historicamente foram construídas pelos e para os homens. O feminismo, portanto, se constitui potencialmente num movimento de dupla libertação: a libertação das mulheres e a dos homens, sem a qual não haveria de fato uma libertação das primeiras. É nesse sentido que afirmamos ser o feminismo a maiêutica para uma nova masculinidade.

O macho é um ser só. É só, numa sala de espelhos onde tudo que vê é reflexo de sua violência, de sua virilidade, de sua insensibilidade.

De vez em quando uma voz lhe soa ao ouvido lembrando que “homem que é homem não chora”, que “macho mesmo é aquele que não leva desaforo para casa”, que “mulher é coisa para comer”. Essa voz, contudo, não o faz menos solitário, ao contrário, ela só faz aprofundar o abismo da solidão. Ao aceitar a insensibilidade, distancia-se de sua alma; ao assumir a violência, aprisiona seu corpo; ao entrar na ciranda da virilidade falicamente resumida, encarcera seu ser. Como diz Pedro Paulo Martins de Oliveira:

As disposições masculinas incutidas desde a infância e reiteradas durante toda a vida, pois, internacionalmente vivenciadas, prendem-se às ideias mais difusas e comuns acerca do comportamento masculino autêntico, em que se relacionam características tais como força, resistência, coragem, capacidade de tomar iniciativa, comportamento heterossexual etc (OLIVEIRA, 2004:273).

A grande contribuição do feminismo – na perspectiva que aqui assumimos – foi o empoderamento das mulheres na afirmação da “força”, da “resistência”, da “coragem”, da “capacidade de tomar iniciativa” e da posse da própria corporeidade. Ao fazer isso o feminismo acabou pondo em cheque a figura do homem compreendido como macho. Se as características que identificavam o ser homem já não são mais exclusivas da masculinidade, então repensá-la se tornou urgente. A reconstrução da feminilidade propugnada pelo feminismo proporcionou maieuticamente a reconstrução da masculinidade e, como toda realidade sociocultural é dialética, a masculinidade reconstruída pode contribuir por sua vez para o fortalecimento da feminilidade em reconstrução.

## **Bibliografia**

PLATÃO. “Teeteto”, 150 b. In\_. *Diálogos I. Teeteto*. São Paulo: EDIPRO, 2007.



CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia, vol1. Dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia. Dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2003.

HUTCHEON, Linda. "Descentralizando o pós-moderno: o ex-cêntrico". In \_\_\_\_\_. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MEAD, Margaret. *Sexo y temperamento en tres sociedades primitivas*. Espanha: Paidós, 1996.

MURARO, Rose Marie et al. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. SCOTT, Joan W. "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica". In *Revista Educação e Realidade*. vol. 16. Porto Alegre: UFRGS, 1990. OLIVEIRA, Pedro Paulo Martins de. *Construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

Alessandro Rocha é doutor em Teologia e pós-doutor em Letras pela PUC-Rio e diretor do iLer.

# **A contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher: efetivação da igualdade de direitos e oportunidades em São Gonçalo, RJ - Revista Catedra Digital**

As mulheres, excluídas da história, tiveram de se fazer ouvir, minando as concepções falocêntricas que separavam o mundo dos homens do das mulheres. Não só foi preciso fazer-se ouvir no espaço público, como também lá, iluminar uma outra lógica, mais subversiva, porque questionou as normas e os papéis preestabelecidos, levantando os tapetes que escondiam a incerteza, a pluralidade e a escolha.

A dimensão ética do espaço mostrou que não houve bastidores da história e que elas tiveram que atuar na vida social, reinventando o seu cotidiano, criando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista, percebendo que sujeito e objeto se estabelecem como resultados de práticas discursivas que devem ser postas à luz de uma análise consciente e desmistificadora de seus papéis sociais.

Os territórios demarcados e a naturalização de características tidas como femininas (abnegação, dedicação, docilidade, passividade, pureza, sentimentalismo, etc.) geraram os meios desiguais de apropriação do capital cultural, de acesso aos meios de qualificação profissional e aos centros de poder.

Os direitos humanos das mulheres não foram concedidos, mas conquistados a ferro e a fogo, em constantes negociações de territórios. A tensão entre ter direitos e a ideia de que direito deve ser neutro perante as diferenças de gênero, se mal compreendida, pode reforçar desigualdades de oportunidades, condições e direitos de homens e mulheres, gerando uma hierarquia de gênero.

Formulado nos anos 70, o conceito de gênero sofreu influência do pensamento feminista, sendo criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana. No entanto, a maneira de ser homem ou mulher é realizada pela cultura, produtos das realidades sociais e não decorrência da anatomia corpórea. Perceber-se subjetivamente, constrói a identidade de gênero que se aciona conforme atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos.

É assim que a participação das mulheres tem sido fundamental na construção da democracia brasileira e na legitimação de princípios universais no âmbito da política dos direitos humanos quanto ao reconhecimento de direitos recortados por diferenças de sexo, raça/etnia, orientação sexual, classe e geração.

Abigail Adams e Olympe de Gouges foram resgatadas como pioneiras da luta pelos direitos das mulheres. A primeira questionou o fato de a Carta de Direitos estadunidense (Declaração de Independência, 1776) não ter contemplado as mulheres; a segunda, em 1771, desafiou a Revolução Francesa ao opor a sua “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” à “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, o que lhe custou a cabeça.

No Brasil, na passagem do século XIX para o XX, Bertha Lutz liderou o movimento sufragista, realizando campanhas, seminários, congressos, debates, escrevendo artigos em prol do direito de votar e de serem votadas, criando a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922. A ela juntaram-se milhares de mulheres negras que lutaram contra a terrível escravidão humana, inspiradas pela quilombola Mariana

Criola, uma das líderes da revolta escrava que ocorreu na região de Vassouras em 1838 e pela feminista Leolinda Daltra que se envolveu na luta pela defesa da população indígena.

Nesse bojo de pressão dos movimentos feministas, dos movimentos sociais, das associações e redes de mulheres que foi criado, nos anos 80, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério Público, com o objetivo de fiscalizar e monitorar as políticas públicas governamentais para todas as mulheres, atuando, também, como canal de denúncias na violação dos direitos e quaisquer formas de discriminação e de violência contra mulher.

Em São Gonçalo, município que compõe a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, a institucionalização das políticas para as mulheres ganha força a partir da atuação e reivindicação do Movimento de Mulheres que congrega uma agenda de ação baseada em programas de trabalho com foco na saúde, educação e desenvolvimento social, sendo o primeiro município a implantar um Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, através da Lei 014/1997. Nesse ano, houve a inauguração da Delegacia de Atendimento à Mulher – DEAM-SG e do 1º Centro Especial de Orientação à mulher – CEOM Zuzu Angel.

A instauração do Conselho possibilitou a organização da 1ª Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher que se consolida como uma das mais significativas organizações para o desenvolvimento de políticas públicas local, municipal, estadual e federal de apoio aos fóruns e articulações de empreendedorismo feminino. A ideia era (ainda é!) romper com as desigualdades de gênero e garantir acesso à cidadania em todas as dimensões, tais como:

- a saúde da mulher – divulgar ações desenvolvidas no SUS para atender as mulheres, o que abriu caminho para estudos com recorte racial, uma vez que se observou uma diferença considerável entre o tempo de espera de atendimento para mulheres brancas e negras; implantar o programa de atenção à saúde da mulher; criar o Comitê de Mortalidade Materna e Infantil;
- a violência contra a mulher – incluir nos currículos escolares municipais a discussão sobre a questão de gênero; propor aos órgãos federais que os crimes sejam inafiançáveis, reconhecendo-se a violação dos direitos da mulher como uma violação aos direitos humanos; garantir a criação de abrigos temporários, com verbas públicas, para abrigar mulheres e filhos em situação de violência doméstica;
- o mercado de trabalho – fiscalizar o cumprimento da lei que determina o número de creches consoante o número de mulheres na empresa e a admissão não condicionada ao estado civil, teste de gravidez, raça etc.; estabelecer o número de cotas para contratação de mulheres nas empresas; criar campanhas socioeducativas quanto à divisão sexual do trabalho;
- a educação – oferecer formação educacional à mulher em sua comunidade; ampliar, na rede de ensino, ofertas de creches comunitárias e pré-escolar; realizar cursos de formação para profissionais da educação, com o tema “violência de gênero”, bem como a discussão sobre gênero e raça (criação de políticas educativas de valorização da questão racial nas escolas e diagnóstico do perfil da população negra de São Gonçalo, destacando a inserção da mulher negra no mercado de trabalho).

Impulsionando e/ou organizando outras Conferências Municipais (1999, 2001, 2004, 2007, 2011 e 2015), hoje, o Conselho da Mulher, pertencente à Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres, tem trabalhado na perspectiva da transversalidade das políticas de gênero, fomentando a construção de políticas públicas para as mulheres nas mais diversas secretarias de governo, com especial atenção aos dados estatísticos sobre desigualdades sociais, violência, racismo e sexismo, conforme demonstra o Mapa

Mulher 2015, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), ao chamar a atenção para o aumento de homicídios contra mulheres negras, em 54%, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013, em detrimento do de mulheres brancas que caiu em 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013.

O estudo alerta para o aumento da violência de gênero, revelando que, no Brasil, 55,3% desses crimes são cometidos no ambiente doméstico, dos quais 33,2% dos homicidas parceiros ou ex-parceiros das vítimas. A Organização Mundial da Saúde (OMS), participante do estudo, informa que o país tem uma taxa de 4,8 homicídios por cada 100 mil mulheres, a 5ª maior do mundo em um total de 83 países.

O Mapa 2015 chama atenção não somente para o que é dito, visto e manifesto, mas também para o que não é dito e o que não é visto. Nem por isso menos manifesto, nas relações de poder, como nos aponta Michel Foucault (FOUCAULT, 1998) ao remeter ao “postulado das esferas separadas” de onde emergem as “centralidades ensinadas”, conceito discutido pela antropóloga Bila Sorj que nos remete à divisão hierarquizada entre o mundo masculino e feminino e os preconceitos sobrepostos. Cabe, então, a seguinte indagação: por que houve um aumento do homicídio de mulheres e, particularmente, das mulheres negras?

O sexismo e o racismo compartilham singularidades que foram construídas historicamente, não ideologicamente, daí a necessidade de respostas institucionais à coibição de práticas e atitudes racistas para a realização de direitos e liberdades fundamentais expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A história nos mostra que uma em cada cinco brasileiras já sofreu algum tipo de violência doméstica e cerca de 80% dos casos de agressão contra mulheres foram (são) cometidos por parceiros ou ex-parceiros.

Os Conselhos de Direito da Mulher têm uma longa e árdua estrada para percorrer no que tange à responsabilidade de interlocução e divulgação das políticas para as mulheres junto a todas as instâncias de poder (municipal, estadual e federal) e, particularmente, na luta pela criminalização da violência contra as mulheres, a partir da consolidação de aparatos policiais e jurídicos, como a Lei Maria da Penha (11.340), sancionada em 2006, e a Lei do Feminicídio (13.104), sancionada em 2015, que altera o Código Penal para prever crimes contra a mulher, pelo fato de ser mulher, como homicídio qualificado, fazendo parte da relação de crimes hediondos.

## **Bibliografia**

BRASIL. Lei nº. 11.340 de 07 de agosto de 2006. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)

BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

SÃO GONÇALO. *Anais da 1ª Conferência Municipal de Direitos das Mulheres*. São Gonçalo:

Prefeitura de São Gonçalo, 1997. SÃO GONÇALO. *Plano de Políticas para as Mulheres*. São

Gonçalo: Prefeitura de São Gonçalo, 1997.

MARIZA, M. C.; PASSOS, L. F. S. *Relatório das Atividades Desenvolvidas em 2005 a 2012 na Secretaria de Políticas para as Mulheres*. São Gonçalo: Prefeitura de São Gonçalo, 2012.

PETINELLI, V. "As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal" ( 2003-2010). In: *Opinião Pública*. Vol. 17, nº 1, junho de 2011, Campinas, p. 228-250. Disponível em [www.scielo.br/pdf/op/v17n1/v17n01a08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/op/v17n1/v17n01a08.pdf)

DISTRITO FEDERAL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil*. 1ª edição, Brasília, DF, 2015. Disponível em [www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)

Shirlei Campos Victorino é graduada em Letras, Português/Espanhol, com Especialização em Gênero e Sexualidade pelo UERJ/CLAM/IMS; Especialização e Mestrado em Letras (Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa: Portugal & África); Doutorado em Letras (Literatura Comparada) pela Universidade Federal Fluminense. Coordenadora Municipal de Educação Integral/SG e Conselheira do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres/SG.

# Estudos de gênero versus ideologia: implicações teológicas - Revista Catedra Digital

Os estudos de gênero são os principais alicerces teóricos de muitos que defendem a igualdade entre homem e mulher nos diversos âmbitos da sociedade, bem como a inclusão e a cidadania dos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Essa teoria tem sido fortemente criticada por segmentos religiosos cristãos, incluindo a Igreja Católica, em pronunciamentos, publicações e campanhas. As principais críticas são a suposta minimização da dualidade dos sexos que questiona a família formada por pai e mãe e a legitimação de um modelo polimórfico de sexualidade. Referem-se a esses estudos como “ideologia de gênero”. O espaço público torna-se, certas vezes, um campo de disputa na elaboração e implementação de políticas que envolvem a família, a educação, a saúde e os direitos.

Certa vez, o papa Francisco falou sobre a família e a inquietação que lhe trazem os estudos de gênero. Conforme a tradição judaico-cristã a instituição familiar é um grande dom que Deus concedeu à humanidade, criando o ser humano homem e mulher e instituindo o sacramento do matrimônio. A diferença sexual está presente em várias formas de vida, mas somente no homem e na mulher essa diferença traz a imagem e a semelhança divinas. Sua finalidade não é a oposição ou a subordinação, mas sim a comunhão e a geração. O ser humano precisa da reciprocidade entre homem e mulher para se conhecer bem e crescer harmonicamente.

Nos últimos tempos, prossegue o papa, a cultura abriu novos espaços, liberdades e profundidades que enriquecem a compreensão dessa diferença, mas também trouxe muitas dúvidas e bastante ceticismo. E fez esta interrogação: “Pergunto-me se a chamada teoria do gênero não seja expressão de uma frustração e de uma resignação, que visa a cancelar a diferença sexual porque não sabe mais como lidar com ela”. Para ele, corre-se o risco de dar um passo atrás. A eliminação da diferença seria verdadeiramente o problema, não a solução (FRANCISCO, 2015b).

A alta hierarquia católica havia alertado para novas tendências no tema da mulher. Uma delas sublinha fortemente a sua subordinação, procurando fomentar a contestação. A mulher é “antagônica do homem”. Os abusos de poder se enfrentam com a busca do poder. Esse processo leva à rivalidade entre os sexos, em que a identidade e o papel de um são assumidos em prejuízo do outro, introduzindo na antropologia uma confusão perniciosa, com reveses nefastos na estrutura da família. Outra tendência é consequência da primeira. A fim de evitar qualquer supremacia de um sexo sobre o outro, tende-se a “eliminar as suas diferenças”, considerando-as meros efeitos de um condicionamento histórico-cultural. A diferença corpórea, chamada sexo, é minimizada, e a dimensão cultural, chamada gênero, é maximizada e considerada primária. Tal antropologia, que obscurece a dualidade dos sexos em favor de perspectivas igualitárias para a mulher, questiona a natureza biparental da família, composta de pai e de mãe, e equipara a homossexualidade à heterossexualidade, num novo modelo de sexualidade polimórfica (CDF, 2004, nº 2).

A motivação mais profunda dessa tendência estaria na tentativa de a pessoa humana “libertar-se dos próprios condicionamentos biológicos”. Nessa perspectiva antropológica, a natureza humana não tem em si características que se imponham absolutamente, mas cada pessoa poderia e deveria modelar-se a seu gosto, livre de toda a predeterminação ligada à sua constituição essencial. Diante de tais correntes de pensamento, a Igreja reage, inspirando-se fé em Jesus Cristo. Em lugar do antagonismo e da eliminação da diferença entre homem e mulher, propõe a “colaboração ativa” fundada no reconhecimento dessa mesma diferença (ibidem, nº3 e 4).

Essas posições levaram a Santa Sé a divergências na ONU quando se propôs a descriminalização da homossexualidade em todo o mundo. Tal proposta foi feita pela França e incluía o fim da discriminação por identidade gênero e orientação sexual. A Santa Sé se manifestou favoravelmente a essa descriminalização por entender que as relações sexuais livremente consentidas entre pessoas adultas não devem ser consideradas delito pelo poder civil. No entanto se opôs ao fim da discriminação por identidade de gênero e orientação sexual. Alegou que isso poderia tornar-se um instrumento de pressão contra os que consideram o comportamento homossexual moralmente inaceitável, não reconhece a união homossexual como família, nem a sua equiparação à união heterossexual, nem o seu direito à adoção e à reprodução assistida (L'Osservatore, 2008).

O tom das críticas aos estudos de gênero subiu durante o papado de Bento XVI. Para ele, tais estudos são uma “autoemancipação do homem” em relação à obra do Criador, levando-o a viver contra a verdade e contra o Espírito criador. Os bosques tropicais merecem proteção, e não menos o ser humano como criatura, no qual está inscrita uma mensagem que não contradiz a liberdade humana, mas é sua condição. Desprezar essa linguagem da criação significa uma “autodestruição do homem”, destruindo-se a própria obra de Deus (BENTO XVI, 2008).

Além das críticas da Santa Sé, há publicações com grande difusão em ambientes católicos que caricaturam as questões de gênero e de orientação sexual. Uma delas, que é material didático, traz o desenho de um homem sentado, interrogando-se: “Que gênero eu vou escolher para este ano?” Em outra página, o desenho de um garoto nu, olhando para o próprio pênis, perguntando-se: “Não sou homem? Eu? Então... o que é isto?” Há referências aos estudos de gênero como uma ideologia de “neototalitarismo e morte da família”. Essa ideologia estaria controlando a ONU, a União Europeia e o Banco Mundial, incidindo em organismos, programas e em empréstimos para o desenvolvimento de países pobres, com cláusulas de difusão de gênero (SIQUEIRA, 2012).

Essas objeções religiosas incidem na elaboração de políticas públicas. Há pouco tempo, por pressões junto ao parlamento brasileiro, foi [retirada](#) a menção a questões de gênero e orientação sexual no Plano Nacional de Educação, projeto de lei que define diretrizes e metas para a Educação até 2020. No texto original, estava previsto promover “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Na redação final, ficou: “A superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.” (PNE, 2014).

Mesmo com as restrições aos estudos de gênero, o papado de Francisco trouxe uma abertura pastoral à Igreja Católica. Para ele, evangelizar supõe, na Igreja, a coragem de sair de si para ir às “periferias da existência”: ao encontro dos que sofrem com as diversas formas de injustiças, conflitos e carências. Ele critica uma Igreja ensimesmada, entrincheirada em estruturas caducas incapazes de acolhimento. Ficou célebre o que ele disse sobre os gays: “Se uma pessoa é gay, procura o Senhor e tem boa vontade. Quem sou eu para a julgar? [...] Não se devem marginalizar essas pessoas por isso.” (FRANCISCO, 2013). Outro sinal dessa abertura é a convocação de um sínodo dos bispos para tratar do tema da família, incluindo as novas configurações familiares, com ampla consulta às igrejas locais.

O papa exorta os teólogos a prosseguir no caminho do Concílio Vaticano II, de releitura do Evangelho na perspectiva da cultura contemporânea. Estudar e ensinar Teologia deve significar “viver em uma fronteira”, na qual o Evangelho encontra as necessidades das pessoas às quais é anunciado de maneira compreensível e significativa. Deve-se evitar uma teologia que se esgote em disputas acadêmicas ou que contemple a humanidade a partir de um “castelo de cristal”. Ela deve acompanhar os processos culturais e sociais, especialmente as transições difíceis, assumindo os conflitos que afetam a todos. Os bons teólogos, como os bons pastores, devem ter “cheiro de povo e de rua”, e com sua reflexão derramar “óleo e vinho nas feridas dos homens”, como o bom samaritano (FRANCISCO, 2015a).

No ambiente acadêmico, questiona-se a existência de uma [teoria do gênero](#) e, mesmo, uma ideologia. Os estudos de gênero são a tradução do inglês *gender theory*. Teoria, neste caso, é uma má tradução porque estudos são bastante heterogêneos. Às vezes, eles se entrelaçam; outras vezes, correm em paralelo, sem se encontrar. Não existe uma teoria que seja unificadora e abrangente. O que há é um acordo geral em considerar os complexos comportamentos, direta ou indiretamente concernentes à esfera sexual, como fruto de dimensões diferentes, não totalmente independentes e, por sua vez, complexas: o sexo anatômico, a identidade e o papel de gênero e a orientação sexual. Não há uma coerência necessária entre sexo anatômico, percepção e vivência da própria identidade como masculina ou feminina, o desejo e a prática sexual.

Há uma perspectiva cristã de gênero propondo não renunciar à diferença entre homem e mulher e à sua fundamental importância, que tem raiz no sexo biológico e constitui o arquétipo do qual se origina a humanidade. Que não se pense nos processos sociais e culturais prescindindo inteiramente do componente biológico, da estrutura genética e neuronal do sujeito humano. Todavia, também, que se evidencie o papel da cultura e das estruturas sociais, reconhecendo-se o mérito das teorias de gênero em captar a relevância das vivências pessoais na definição da identidade de gênero. Isso contribui para a superação de preconceitos causadores de graves discriminações, que levaram, e ainda levam, à marginalização dos LGBT (PIANA, 2014).

A filósofa Judith Butler faz a afirmação radical de que não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero. Essa identidade é performativamente constituída através das expressões tidas como seus resultados (BUTLER, 2008: 47-48). Mesmo que se discorde disso, há, no seu pensamento, uma pertinente busca de um vocabulário adequado para maneiras de viver o gênero e a sexualidade indo além da norma binária, restrita ao homem e à mulher cisgêneros e heterossexuais. Para a filósofa, é preciso emitir a palavra em que a complexidade existente possa ser reconhecida, em que o medo da marginalização, da patologização e da violência seja radicalmente eliminado. E arrisca dizer que talvez não seja tão importante produzir novas formulações de gênero, mas sim construir um mundo em que as pessoas possam viver e respirar dentro da sua própria sexualidade e do seu próprio gênero (BUTLER, 2009). Como pode o cristão ficar alheio a essa aspiração tão salutar? E o teólogo convocado a viver na fronteira e a assumir os conflitos que afetam a todos?

A interrogação do papa Francisco sobre os estudos de gênero lança a suspeita de se querer cancelar a diferença sexual por não se saber mais como lidar com ela. Felizmente, ele formulou tal objeção em forma de pergunta, sem execração, ao contrário de seus antecessores, e reconhece que a cultura abre novos espaços, liberdades e profundidades na compreensão da sexualidade. Para ir às periferias existenciais, reler o Evangelho em novas perspectivas e curar feridas em vez de aumentá-las, é necessário não rejeitar o que os estudos de gênero tenham de positivo e incorporá-los na antropologia teológica. Um bom missionário reconhece as sementes do Verbo presentes em civilizações e religiões não cristãs, pois essas sementes estão em toda busca sincera da verdade, do bem e de Deus. Assim, também os fiéis cristãos devem reconhecer os sinais dos tempos, abrindo caminho para relações mais justas entre os gêneros e para a cidadania da população LGBT.



## Bibliografia

BENTO XVI. *Aos membros da Cúria Romana para a apresentação dos votos de Feliz Natal*. (Discurso, 22/12/2008). Disponível em [w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2008/december/index.html](http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2008/december/index.html).

BUTLER, J. *Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, J. *La invención de la palabra*. Disponível em [www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-742-2009-05-09](http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-742-2009-05-09). 8/5/2009.

CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. (CDF). *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*. 2004.

FRANCISCO. *Encontro*, 28/6/2013. Disponível em [w2.vatican.va](http://w2.vatican.va).

FRANCISCO. *Carta do Papa Francisco por ocasião do centenário da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica Argentina*. Disponível em [w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2015/documents/papa-francesco\\_20150303\\_lettera-universita-cattolica-argentina.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2015/documents/papa-francesco_20150303_lettera-universita-cattolica-argentina.html). Carta, 3/3/2015a.

FRANCISCO. *Audiência geral*, 15/4/2015b. Disponível em: [w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2015/index.2.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2015/index.2.html).

L'Osservatore Romano, 19/12/2008. *"Difesa dei diritti e ideologia"*. Disponível em [tuespetrus.wordpress.com/2008/12/19/difesa-dei-diritti-e-ideologia](http://tuespetrus.wordpress.com/2008/12/19/difesa-dei-diritti-e-ideologia).

PIANA, G. *Sexo e gênero: para além da alternativa*. 16/7/2014. Disponível em [www.ihu.unisinos.br/noticias/533286-sexo-e-genero-para-alem-da-alternativa-artigo-de-giannino-piana](http://www.ihu.unisinos.br/noticias/533286-sexo-e-genero-para-alem-da-alternativa-artigo-de-giannino-piana).

PNE (Plano Nacional de Educação). Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). SIQUEIRA, T. *Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família*. Entrevista com Jorge Scala. Zenit, 31/1/2012.

Luís Corrêa Lima é padre jesuíta e professor do Departamento de Teologia da PUC-Rio.

# Cátedra 10 Anos - Revista Catedra Digital

A Cátedra UNESCO de Leitura, oficialmente inaugurada em 2006 e integrada ao Instituto Interdisciplinar de Leitura PUC-Rio – iiLer, em 2012, é um centro de referência em leitura de múltiplas linguagens e suportes para países de fala portuguesa (e espanhola, futuramente), tendo a missão de contribuir para a transformação do indivíduo em relação a suas coletividades, através da formação de leitores e de sua consciência leitora, visando a superação progressiva das desigualdades de ordem educacional, de gênero e sociais.

Na base política, teórica e metodológica de nossas práticas, está a integração entre vários agentes e instituições, a articulação entre comunidades, pesquisadores e agentes em redes de atuação conjunta para trocas que fortaleçam e estimulem a continuidade das ações de mediação e formação de leitores.

Institucionalmente, cumpre à Cátedra UNESCO de Leitura atuar como consultora e articuladora na gestão de pesquisa do iiLer, com participação ativa na gerência de projetos e na articulação de conteúdos e acervos, assim como concentrar seus esforços na captura, absorção, catalogação e organização de toda informação produzida por equipe e parceiros ou de circulação interna, no processo contínuo e retrospectivo de constituição de um banco de dados completo, inteligente e acessível de conteúdos, acervos, processos, ações, análises e registros de atividades.

Também está em seu escopo propor ações, articulações e projetos de incentivo à leitura dentro do seu âmbito de atuação, assim como captar recursos para a realização destas ações e projetos, responsabilizando-se por gerência, realização e resultados desses mesmos projetos.

A Cátedra UNESCO de Leitura, como parte integrante do iiLer, desempenha simultaneamente seu papel acadêmico e comunitário, na produção de material científico e de ações de cunho social, atendendo, ainda e no âmbito de suas atuações gerais e específicas, as orientações e políticas de Educação Para Todos, da UNESCO, e seus objetivos.

Érico Braga Barbosa Lima é coordenador da Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio e editor-chefe da Revista Cátedra Digital.

# Cátedra UNESCO de Leitura: uma história de relações latino-americanas

Eliana Yunes

Uma Cátedra Unesco é internacional em si mesma, mas a Cátedra Unesco de Leitura da PUC-Rio tem uma história intensa de relações latino-americanas. A partir do Centro de Estudos do Livro e da Leitura na América Latina e Caribe (Cerlalc), fizemos assessoramentos para países como Colômbia – onde recriamos o Projeto Agentes de Leitura –, Chile, Uruguai, Argentina, Peru, com assessorias diversas.



Com o México, contudo, as perspectivas abertas foram maiores a partir de uma experiência piloto montada entre a UNAM e a PUC-RIO para a formação de mediadores de leitura em língua espanhola. O êxito do trabalho, que deverá sair em breve em edição digital, motivou um acordo amplo entre as duas instituições. A Cátedra Unesco de Leitura e o iLer, no Brasil, e o Instituto Universos das Letras, no México, desenvolveram os videocursos (PUC-Rio) e a plataforma operacional e infraestrutura (UNAM), e deram corpo a um trabalho inédito.

Com 60 alunos-professores, mexicanos em sua maioria, o trabalho foi realizado em oito semanas, intensivamente, sendo coroado com um grande seminário aberto na Cidade do México, em novembro pp, contando com a autora dos textos-base, Eliana Yunes, que já publicara obra naquele país: Tejiendo el lector, una red de hilos cruzados. Esse piloto foi acompanhado todo o tempo pela pesquisadora Maria Elvira Charria, ex-diretora da área de leitura do Cerlalc-Unesco, que roteirizou o curso e foi interlocutora dos tutores com a prof.a Yunes.

O êxito do trabalho motivou outras universidades mexicanas e sul-americanas a se interessarem imediatamente por fechar convênios com a PUC-Rio. O material produzido, de alta qualidade acadêmica, pode abrir as fronteiras do iiLer, que já está preparando uma versão em português para oferecer parceria com universidades de países de língua portuguesa.

Eliana Yunes é fundadora e atual membro do conselho consultivo da Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio.

# Como se lê uma biblioteca? - Revista Catedra Digital

Lemos a biblioteca do iiLer/Cátedra UNESCO de Leitura como um espaço repleto de múltiplas vozes, pleno de possibilidades para apropriação e construção de conhecimento em torno da leitura e da denominada literatura infantil e juvenil.

Somos uma biblioteca especializada nessas duas áreas e temos material precioso e único para pesquisas e ações com práticas leitoras que envolvam a questão da formação de leitores. Nosso princípio é um conceito dinâmico de biblioteca, com foco na mediação.

Com um acervo composto por coleção física e virtual, com documentos bibliográficos, arquivísticos e museográficos organizados em vários universos temáticos, o desafio é a constância no trabalho técnico-científico de organização desses mais de 20 mil itens, sem perder de vista o enfoque primordial na dinamização de todo esse material.

Nosso destaque, nos universos temáticos, vai para as obras teóricas e ficcionais de literatura infantil e juvenil e para aquelas que constroem teoricamente o campo científico da leitura, em seus aspectos interdisciplinares, além dos itens que abordam práticas leitoras e a produção dos nossos denominados Especialistas. E, ainda, a dois outros universos: *Realia* – material decorrente de encontros científicos, tais como: bolsas, cartazes, camisetas, *folders* e demais produtos resultantes dessas reuniões (congressos, seminários etc.) que bem representam e oferecem interpretações a respeito de como se vai constituindo uma área de estudos e também enfeites alusivos a obras literárias, filmes e outros, estatuetas, bonecos e bibelôs representando personagens literários, pinturas temáticas etc. E *Efêmeros* – documentos diversos, aparentemente irrelevantes, mas de valor muitas vezes inestimável para comprovar as marcas histórico-culturais para o campo da leitura. Por exemplo: *ex-libris*, bilhetes encontrados dentro de livros, marcadores de livros etc.

Entendemos que é a ação dinamizadora que faz, verdadeiramente, a essência de uma biblioteca que não se quer como um armazém de livros. Assim, nossos projetos estão inteiramente integrados com os demais setores e coordenações. Tal é o caso do Grupo de Leitores iiLer, cuja gênese é o curso de Leitura em Voz Alta, que oferece trabalho voluntário de leitura em espaços onde os ouvintes estão em situação de fragilidade temporária ou constante (acamados, habitantes de casas geriátricas, entre outros). Nessa atividade de ler para e com eles, serão privilegiados os contos tradicionais, escolhendo-se as facécias como narrativas em que o humor e as situações onde a boa esperteza resolve conflitos podem significar oportunidade de ouvir e dialogar sobre fraqueza e fortaleza.

Há também interação com a coordenação de atividades interinstitucionais no planejamento para o Projeto São Tomé e Príncipe, não só na seleção de títulos de práticas leitoras e literatura infantil, como também no preparo de vídeos que auxiliem na dinamização da biblioteca pública são-tomense assim como no Projeto em parceria com o NEAM, que oportunizou rica troca de experiências e formação dos jovens participantes em oficinas de Leitura em Voz Alta e de criação de uma biblioteca própria, supervisionada por nós e executada por eles mesmos.

A elaboração de um vocabulário controlado das áreas de leitura e literatura infantil e juvenil, através da participação no GELIJ- Grupo de Estudos em Literatura Infantil e Juvenil/CNPq, é resultado igualmente dessa integração entre a biblioteca e nossa Casa. A partir das palavras-chave selecionadas nas resenhas feitas por uma equipe de especialistas, vamos construindo esse recurso informacional, que culminará em

um tesouro das nossas duas áreas de especialização da biblioteca, servindo como instrumental para recuperação da informação e possibilidade de construção de conhecimento para aqueles que trabalham e pesquisam nesses campos científicos específicos e naqueles que com eles têm fronteiras.

É nosso objetivo principal a solidificação contínua dos processos que implicam uma biblioteca diferente, que pode servir de laboratório para diversas ações e a atenção especial com a disseminação e o paulatino deslocamento de percepção da biblioteca não como organismo estático, a serviço, para seu perfil dinâmico de oferta e implementação de ações e produtos informacionais – consequentemente, de criação de conhecimento.

Nanci Nóbrega tem pós-doutorado em Letras pela PUC-Rio e doutorado em Comunicação Social pela UFRJ. Coordena a Biblioteca do iiLer e o Grupo Ledores do iiLer. É apaixonada por acervos e narrativas.

# Coordenação de Articulação Institucional: ação que aproxima, dialoga e integra - Revista Catedra Digital

Nada mais favorável e promissor para nosso trabalho no Instituto Interdisciplinar de Leitura da PUC-Rio (iiLer/PUC-Rio) do que, na sua estruturação, ter sido criada a Coordenação de Articulação Institucional. Surpresa auspiciosa, pois, há muito tempo, vínhamos prospectando uma ação mais abrangente, dialógica e integradora. Os tempos atuais pedem que busquemos parceiros, que somemos esforços, que reconheçamos a realidade para além do espaço que ocupamos na Universidade. Essa coordenação prevê, não só a integração institucional interna como também a externa ao campus.

Sabemos que a PUC-Rio, apesar de situada em um bairro reconhecidamente de classe média, média-alta, é circundada por comunidades de extrema pobreza, muito carentes de necessidades básicas. São comunidades onde existe um grande número de crianças e jovens com deficiências na escrita e na leitura, nosso objeto de pesquisa e de trabalho. No entorno da Universidade, encontram-se diversas instituições públicas voltadas para o atendimento dessa infância e juventude necessitada, por exemplo, [seis escolas públicas municipais de Ensino Fundamental e dois colégios estaduais de Ensino Médio](#).

Aí começa a nossa história com a Coordenação de Articulação Institucional. Conhecedores da excelência do Ensino Médio do [Colégio Estadual André Maurois](#) e do quanto precisava alavancar sua área de leitura, buscamos a coordenação daquela instituição, com uma proposta em mãos: o desenvolvimento de uma ação conjunta em prol da leitura e da escrita, com jovens e professores.

Após visitas e reuniões, contamos com a adesão e o consentimento da direção e coordenação do colégio para que, depois do diagnóstico da realidade, levantamento das necessidades, potencialidades, recursos e anseios, apresentássemos, detalhadamente, nossa proposta.

Desde o início dos contatos, ficou-nos claro o desejo maior da escola: manter a biblioteca escolar repleta de alunos leitores, por todos os tempos e horários letivos.

Durante um mês, conheci o colégio amiúde. Incrível e surpreendente foi quando identifiquei uma biblioteca escolar muito bem equipada, com um fantástico acervo de livros e vídeos, e todas as possibilidades de bom funcionamento, mas, infelizmente, fechada por falta de profissionais que respondessem por ela, dinamizassem seus acervos e mantivessem o atendimento sistemático aos alunos.

Com essa constatação, nós, do setor da coordenação do iiLer, ficamos animados com a perspectiva de contribuir, atuando em todas as frentes de trabalho com que lidamos, e que são objeto da nossa pesquisa: formar leitores e mediadores de leitura e desenvolver uma formação continuada com professores, instrumentalizando-os para as práticas de leitura em sala de aula e nas bibliotecas. Além de termos uma experiência comprovada, essa é a nossa crença e a nossa paixão.

No dia 4 de novembro de 2015, iniciei minha ação, sabendo que, em uma escola do porte da André Maurois, com 2.300 e 150 professores, o desafio seria grande, mas providencial.

Como fiz os primeiros contatos com a direção e a coordenação da escola, quis inicialmente ficar à frente dessa empreitada, contando, para isso, com o apoio da chefia do iiLer. Tudo acordado entre as partes, parti para o diálogo com alunos, professores e coordenação, atividade prevista e indispensável a um bom diagnóstico.

Minha estada na escola foi prazerosa e produtiva. Recebia na biblioteca os alunos para falar de livros, de leituras, sonhos e desejos. Na hora do recreio, eu participava na sala dos professores, e lá ouvia sobre suas dificuldades em formar alunos leitores e suas reais necessidades de atualização das práticas de estímulo à leitura para jovens na atual conjuntura.

Foram várias as surpresas e estímulos que tive, principalmente quando identifiquei um grupo de alunos-leitores apaixonados por livros, com um grau de amadurecimento na leitura [1] bem distinto do que vemos nas escolas normalmente. Nos encontros informais na biblioteca, além de ouvi-los falar dos muitos livros que leram, conversei sobre suas preferências, descobrindo, de antemão, que suspense, romance, terror e humor eram, nessa ordem de preferência, seus gêneros literários preferidos. Fiquei muito mais animada quando vi esse grupo de alunos selecionando livros, colocando-os em um carrinho de supermercado, como se fosse uma biblioteca itinerante, saindo porta afora, divulgando e oferecendo os livros do acervo escolar para empréstimo. Era muito animado e animador vê-los divulgando, nos corredores, os livros do carrinho para seus colegas. Eram verdadeiros livreiros vendendo sua mercadoria.

Descobri também um grupo de professores que, por iniciativa individual, sem vinculação com projetos de leitura da escola ou da Secretaria Estadual de Educação, já fazia um trabalho exemplar de formação de leitores com seus alunos. Pena que ficava restrito às suas classes. Não havia na escola um elo integrador das ações, provavelmente por não existir um projeto de leitura, nem um funcionário responsável por essa área.

Ter um grupo de alunos e professores entusiasmados já era meio caminho andado para uma ação efetiva e comprometida com a melhoria do nível da leitura e dos leitores dessa escola. Consequentemente, elevaria, também, o nível da escrita, habilidade mais cobrada nos exames nacionais do Ensino Médio.

O fato é que o Colégio André Maurois, naquele momento, não possuía bibliotecário, *Agentes de Leitura* [2] nem projeto em curso que sustentasse o trabalho com a leitura. Existe um documento da Secretaria de Estado de Educação chamado [Jovens Leitores em Ação – Desafio de Leitura, do Instituto Ayrton Senna](#) — documento-base para o trabalho de leitura — que o colégio, por não ter um responsável que o viabilize, não pode incorporar na sua grade curricular. Segundo os planejamentos curriculares, está previsto seguir as diretrizes da SEE. As diretrizes são para cada escola elaborar um Projeto de Leitura chamado [“Na Escola e Na Vida”, por inteiro](#).

Não ter um responsável pela biblioteca também limitava nossa ação. Seria um complicador para nós, caso não tivéssemos uma parceria bem aceita pela direção e coordenação da escola.

Finalmente, em dezembro do ano passado, apresentamos ao Colégio André Maurois um Projeto de Pesquisa da Leitura para 2016, feito em parceria com eles, considerando os dados levantados na fase diagnóstica, discutidos e estudados pela equipe do iiLer. Propusemos algumas ações, abaixo relacionadas:



- formar alunos mediadores, Agentes de Leitura, como a nossa ação inicial e prioritária, para que eles próprios possam desenvolver atividades de práticas leitoras na biblioteca e em outros espaços da escola. Esse curso será ministrado na PUC- Rio, pelo iiLer – Instituto Interdisciplinar de Leitura / Cátedra UNESCO de Leitura;
- Planejar e acompanhar com os alunos a realização de um cronograma de atividades de leitura para serem dinamizadas na biblioteca, e na escola, como um todo, pelos próprios alunos-agentes;
- oferecer, em um segundo momento, um curso de Mediação de Leitura para os professores interessados na melhoria de sua prática com a leitura, e que queiram contribuir com o projeto geral da escola;
- formar uma comissão de professores, pesquisadores de leitura, para ficar à frente da pesquisa;
- escrever um projeto com todas essas etapas e submetê-lo a um edital, solicitando bolsa para os alunos mediadores, compra de novos títulos, novos computadores, novas estantes e outros materiais que venham a compor uma biblioteca bonita e prazerosa;
- oferecer assistência técnica para a organização do acervo da biblioteca;
- planejar com os professores um Projeto de Leitura para o todo da escola, sugerindo atividades integradas ao Planejamento Curricular para o ano letivo de 2016.

Neste início de ano, aguardamos o sinal verde da direção da escola para iniciarmos a parceria. Fica, por ora, o registro de uma investida prazerosa — a primeira de muitas outras — da Coordenação de Articulação Institucional, voltada para a comunidade, firmando a intenção de integrar o Instituto Interdisciplinar de Leitura com os mundos acadêmico e não acadêmico, de dentro e de fora da Universidade.

## Notas

[1]Amadurecimento em leitura ou um leitor maduro, para nós, significa um leitor crítico, criativo, que tem um bom ritmo de leitura, um repertório de leituras de qualidade e um bom grau de entendimento do texto, a ponto de fazer suas próprias observações e dialogar com o texto criativamente.

[2]Entendemos como Agentes de Leitura os leitores com uma capacidade e maturidade leitora que são formados para multiplicar as práticas de leitura nos seus espaços de convivência, incentivando e formando novos leitores.

Maria Helena Ribeiro é Pedagoga, Especialista em Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, com pós-graduação *Lato Sensu* em Metodologia Didática e Psicologia da Educação, e especialização em Didática da Comunicação. Participa da Equipe de Pesquisadores da Cátedra UNESCO de Leitura PUC Rio desde 2010 e do Instituto Interdisciplinar de Leitura PUC-Rio, desde janeiro de 2012.

# Curso iiLer: Bruxas — boas ou más? - Revista Catedra Digital

Que imagem nos vem à mente ao ouvir a palavra bruxa?

Uma velha de nariz adunco, verrugenta, encurvada, olhos que cintilam maldade? Ou uma enigmática mulher, pouco menos que fada, vestida de negros panos, olhar sedutor e envolvente? Ou, ainda, a graciosa senil, enfeitada de gargalhadas cômicas e dona de sortilégios e poções?

- O que é bom? O que é mau? Dicotomias redutoras certamente não dão conta desta imagem arquetípica de presença tão significativa na denominada literatura infantil.

Se assim é, com início em setembro de 2016, pretendemos travar uma boa conversa sobre as bruxas, tentando percebê-las a partir do olhar do campo da leitura, do campo da literatura, das perspectivas cultural e histórica, das denominadas áreas *psi* e buscando sempre a contribuição do universo simbólico.

Nanci Nóbrega tem pós-doutorado em Letras pela PUC-Rio e doutorado em Comunicação Social pela UFRJ. Coordena a Biblioteca do iiLer e o Grupo Ledores do iiLer. É apaixonada por acervos e narrativas.

## Quatro vezes 10 - Revista Catedra Digita

A Cátedra UNESCO de Leitura PUC-rio faz dez anos. Mas são há pelo menos quatro vezes dez que a leitura ocupa minha vida acadêmica e meu compromisso político-social com o país. Desde os inícios da cadeira de literatura infantil na PUC-Rio, em 1976, passando à Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, na década de 1980, depois aos 1990 na Fundação Biblioteca Nacional, com a criação do PROLER e da Casa da Leitura. Vindo “em pós”, como diria o Rosa, o LERUERJ, até chegamos de volta à PUC-Rio, com a RELER — entre Letras, Educação e Artes — , que deu origem a esta Cátedra, foram muitas alegrias e ansiedades em defesa de uma nova visão do ato de ler.

Difícil neste trajeto sempre foi convencer a muitos que Ler não era ler, que Leitura não era leitura. Que para tanto, não bastavam letras e linguísticas, nem mesmo semiologias, mas carecia-se de interdisciplinaridades, de hermenêuticas, sim mas não só. Carecia-se de intertextos que fossem articulados por leitores, muito mais que meros alfabetizados, muito mais que de teorias fechadas, mas de pensamentos abertos, de múltiplas linguagens, das contribuições de muitos saberes.

Manter a Cátedra aberta com recursos que vieram de muitas áreas e instituições conveniadas, repercutindo por toda América Latina, uma seriedade e uma referência para o trabalho com “formação” de leitores, foi ainda mais difícil. Nada de lamento ou lamúrias. Chegamos a trazer importantes nomes e preparar pesquisadores que estão em outros espaços, trabalhando na mesma direção, parceiros visíveis e invisíveis deste grande desafio que é transformar o Brasil que não lê – e que lhe custa muito caro – em um Brasil que valha o que lê e que tire esta geração (e as futuras!) do atoleiro do iletramento em que vivemos.

A PUC-Rio deve se orgulhar desta história, e também a UNESCO, que seguidamente nos tem reconhecido como exemplar. Oxalá os que agora seguem logrem manter este compromisso, que tem história, teorias e práticas capazes de, um dia, integrar a Biblioteca especializada neste tema que reúne especialistas do mundo ocidental e se abre a gente interessada, em línguas espanhola e portuguesa de todos os quadrantes. Oxalá!

Valeu a pena! Pelos parceiros, pelos estudantes, pela obra em si. Valeu muito mesmo!

Eliana Yunes é fundadora e atual membro do conselho consultivo da Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio.

# Ver além do visível

**Maria da Gloria de Souza Almeida**

A proposição do tema deste estudo enfeixa, no título, uma série de questões que podem provocar, em um primeiro momento, estranheza e muitas dúvidas.

Não está o conceito de imagem afeito tão somente ao âmbito dos olhos?

Visualidade e imagem fundem-se em uma única capacidade orgânica?

O ato de “ver” restringe-se à condição de “enxergar”?

A esses questionamentos poderiam juntar-se outros tantos. Todavia, a problematização da temática em pauta firma-se na ideia de discutirmos a possibilidade real da existência de uma construção de imagens estruturadas por instâncias fora do domínio da “visão material”.

A tomada de consciência das coisas do mundo externo vem-nos preferencialmente por aquilo que vemos. Tal certeza quase absoluta enraíza juízos que disseminam valores prefixados e, em geral, superestimados quanto ao que se vê. A aquisição do conhecimento e o discernimento do que nos rodeia em nível concreto passam invariavelmente pelos olhos, órgãos que captam informações e que veiculam intermináveis saberes. A consistência dessa convicção desenvolvida e alimentada desde tempos imemoriais torna-se um elemento multiplicador de pensamentos equivocados e geradores de preconceitos. O preconceito é, sem que nos apercebamos, um agente de alijamento prévio de algo que, por precipitação ou ignorância, rejeitamos ou colocamos à margem dos nossos interesses e prioridades. O julgamento prévio de algo ou de alguém ergue muralhas o mais das vezes intransponíveis. Portanto, a distinção entre o possível e o impossível, entre o entrave e a possibilidade esbarram na concepção turva que se tem a cerca do “outro” que revela alguma desvalia; desvalia essa que se transforma em incapacidade. O amesquinamento do indivíduo que advém das condições que o atinge resulta no descrédito que se confere a ele. O apequenamento do homem nasce da estreiteza interna do próprio homem.

A pesquisa que desenvolvemos busca demonstrar o oposto, tomando como foco de análise o corpo, o elemento humano como um todo, detentor de mecanismos e vias sensoriais capazes de gerar imagens. A construção dessas imagens à luz dos chamados sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar), mediados pelos movimentos corporais, possibilita ao cego apropriar-se do conhecimento e dele usufruir conscientemente, levantando aspectos que constroem seu intelecto. A compreensão exata do universo real onde se insere a concretude da imagem pode chegar-lhe à mente e desenvolver-se em estruturas fidedignas, ainda que particulares, atendendo às especificidades desse indivíduo, e trazidas pela cegueira.

Nossa discussão justifica-se por entendermos particularmente a pertinência e a importância do assunto. Não são ideias fantasiosas, por conseguinte, impregnadas de superficialismo e de conceitos que espelham a carência de fundamentação teórica. Nosso trabalho de pesquisa objetiva trazer à tona um tema que escapa às pesquisas, principalmente da área da educação. De súbito, parece algo que foge ao razoável. No entanto, o campo do conhecimento estendeu-se; as ciências aprofundaram seus objetos de abordagem; os horizontes humanos abriram-se para diversas direções. A contemporaneidade dá-nos oportunidades para enfronhar-nos em discussões pouco convencionais. As trilhas do pensamento inovador e reformista alargam-se e alongam-se. O que se estabeleceu como senso comum pode, rapidamente, derrubar-se ao surgimento de novas concepções que venham a afetar a existência do homem. Concepções que abalam certezas, que estremecem os alicerces do que se fizera sólido um dia. A imutabilidade não mais existe. O pensamento humano seja

filosófico, seja científico, seja cotidiano, seja artístico integra-se à vertiginosa corrente de mudanças que sacode, e modifica ideias e comportamentos. Assim, propomos falar de imagens que se formam fora dos olhos, mas que são perceptíveis ao toque das mãos, que se entranham na sensibilidade da pele, que se concretizam na perspicácia do olfato, que se cristalizam na fruição dos sabores, que se configuram no encanto e na magia do som. São imagens que pertencem a todos: aos que veem e aos que não veem. São imagens que servem de suporte cognitivo ao cego e que possuem um caráter complementar para o vidente.

O intuito desta proposta é tentar criar um espaço de reflexão no qual possamos apreender a natureza dos aspectos imagéticos, seus significados e representações. Essa natureza tão vária e infinita, não deve atrelar-se a um único elemento: a visão. Os fatores cognoscitivos e sensíveis se unem, e a imagem, como projeção de sentido (configuração), adquire inúmeros formatos dentro de sua materialidade e imaterialidade, manifestando-se no palpável, na realização do universo externo ou adensando-se no sensível, na expressão profunda do universo interno.

A priori, é indubitável que as imagens nascem das experiências concretas. São configurações físicas, materiais. Contudo, o homem experimenta vivências intrínsecas. São emoções, sentimentos que engendram perfis psicológicos que se traduzem em imagens não mais percebidas pelos sentidos, porém apreendidas pelo psiquismo.

A literatura transpõe para a linguagem a carga imagética que o homem armazenou em suas memórias pessoais e coletivas. A palavra, como instrumento de arte, reveste-se de múltiplas roupagens. São os recursos linguísticos que a fazem ganhar formas, cores, sonoridades, movimentos, beleza ou repulsa. A escrita artística cria signos, recria significações. A imagem, antes objeto material, agora aparece em uma outra dimensão: a corporificação do real por meio da experiência da verbalização. Entendemos haver nessa transposição o fenômeno da dualidade. A linguagem traduz uma representação tomada à imagem real, ao objeto concreto. Portanto, a palavra feita imagem detém a representatividade do real. Metáforas, comparações, aliteraões, sinestésias, onomatopéias, descrições estruturam as imagens que compõem a estética imagística do texto literário.

Trazemos ao centro de nossas reflexões, uma discussão que já se faz um tanto tardia. A apreensão da imagem pelos cegos. Esta proposta procura mostrar as probabilidades reais de um cego ter condições de alcançar cognitivamente, usando seus próprios recursos e competências mentais, o conhecimento que não lhe pode ser negado sob qualquer alegação ou justificativa preconceituosa. As imagens visuais podem ser transpostas aos demais sentidos e através delas, compreendemos que essas construções não se circunscrevem apenas pelos olhos. Esta é uma tentativa que busca um novo caminho para que o indivíduo cego possa apossar-se, quanto mais possível e por si mesmo, do mundo que o cerca e do qual é parte integrante. Ele não é simplesmente alguém que recebe por transferência de terceiros, saberes e emoções. O saber e a emoção, pois, são bens intransferíveis, porque saem de nossas entranhas e se realizam na expansão de nossa consciência. Não devem ser meras informações, mas experiências pessoais profundas.

As imagens percorrem nosso corpo, forjando, por vias sensoriais, conceitos, símbolos, representações, códigos que nos comunicam a concretização dos objetos, da natureza, da essência da própria palavra. Imagens que passam pelo cotidiano, pelas artes plásticas, pela literatura. Imagens que não podem ser convertidas em proibição para os cegos através de julgamentos a priori e destituídos de embasamento teórico concernente às peculiaridades educativas e ao processo de aquisição do conhecimento de pessoas cegas.

As imagens emergem dos olhos, entretanto, podem transpor-se às mãos. No olhar ou no toque, desvelam-se mundos. O vazio do desconhecido é preenchido pela revelação e descoberta de universos ilimitados.

Maria da Gloria de Souza Almeida é mestre em Literatura, com a dissertação “A Importância da Literatura como Elemento de Construção do Imaginário da Criança com Deficiência Visual”, e desenvolve a pesquisa de doutorado intitulada “Ver Além do Visível: A imagem Fora dos Olhos” na PUC-Rio.

# O feminino na Literatura Clássica: entrevista com Miriam Sutter

Érico Braga Barbosa Lima

Luiza Trindade Oiticica

Em 2016, a professora Miriam Sutter ministra, na PUC-Rio, o curso “Heroínas cômicas e trágicas da dramaturgia grega”. Sobre a presença do feminino na literatura clássica, Miriam conversou com a Cátedra Digital. Leia a seguir um trecho da entrevista:

[Assista à entrevista na íntegra](#)

Érico Braga – Professora Miriam, queria que você explicasse o histórico do curso, suas motivações e seus desdobramentos.

Miriam Sutter – A ideia do curso sobre o feminino na literatura clássica, [...] partiu de mim, a respeito de um tema que me interessou desde sempre na literatura, não só clássica, mas também brasileira, desde quando eu era aluna aqui na PUC [...].

Houve a publicação [nos anos 80] de um livro importante, que se chama Matriarcado – na tradução do alemão seria “O direito da mãe” – escrito em meados do século XIX por Johann Jakob Bachofen, que, à época, custou-lhe até o direito de lecionar[...].

Depois, com a Antropologia, descobriram sociedades indígenas que se organizavam pelo nome da mãe. Eram as filhas quem herdava. Era grande a importância da mãe dentro dessa família, não no sentido de mando, mas uma importância simbólica. Isso, provavelmente, em um contexto em que o matrimônio, como conhecemos, não existia, e a única evidência visual concreta da maternidade e da organização da família era a mãe.

Bachofen estudou Direito Romano e lançou essa tese a partir de uma pesquisa vastíssima de civilizações antigas, procurando mostrar em todas elas que esse estágio matriarcal seria anterior ao patriarcado. A tese foi muito criticada, mas, depois dessas descobertas da Antropologia, ele foi reconduzido ao status de professor, e durante um tempo a História Geral passava pela teoria do matriarcado.

“Bachofen toma a trilogia de Ésquilo e Horéstio para mostrar que, na Grécia, também teria havido um matriarcado.”

Esse livro foi esquecido, mas, nos anos de 1950, um grupo de poetisas alemãs o encontrou na biblioteca e o trouxe à luz. Esse documento, então, digamos assim, foi a teoria usada pelas feministas da Inglaterra e dos Estados Unidos nos anos 70, 80 e 90.

Era o elemento de autoridade, alguma coisa escrita sobre o feminismo situado anteriormente na história da academia ocidental. Começou então a retomada da literatura clássica. Essas escritoras feministas, além de Simone de Beauvoir, partiram para a área clássica, que tinha Bachofen como elemento de autoridade. Esse foi o meu primeiro contato com alguma teoria sobre uma organização baseada na mulher em uma antiguidade para lá de antes de Cristo.

Bachofen, quando aborda Grécia e Roma, toma a tragédia, justamente a trilogia de Ésquilo a Horéstio, para mostrar que na Grécia também teria havido um matriarcado. No final das Eumênides, a terceira peça da trilogia da Oréstia, há um tribunal instituído por Apolo que vai julgar se Orestes, que matou a mãe, que, por sua vez, tinha matado o pai, seria, ou não, inocente. Deu empate, e a deusa Atenas deu o voto, que hoje é chamado Voto de Minerva, a favor da inocência de Orestes. As palavras dela são chocantes: “Eu não tive mãe, sou toda pelo pai.”

Bachofen não é feminista; ele é do início do século XIX. Estava mais interessado em estudar e rever isso – não estava pregoando que a sociedade patriarcal não servia. Muito pelo contrário: sua leitura é uma leitura primeira; depois, outros o seguiram.

Esse foi o meu primeiro contato com a ideia de gênero, que ainda não tinha esse nome, era feminismo mesmo, nas décadas de 70 e 80. Depois, minha atenção foi desviada para outras coisas, e eu desisti um pouco de acompanhar teoricamente a questão do gênero. A ideia nunca me abandonou totalmente, e, no curso que dou, a questão do feminino vem sempre à baila. Então resolvi novamente me debruçar sobre o assunto e começar a pensar sobre isso. A melhor maneira de pesquisar é dar aula, pois tem-se a troca com pessoas interessadas no assunto, o que nos faz sair da nossa visão e incorporar a visão do outro, a quem chamamos de alunos (aqueles que participam dos nossos encontros de aula).

No primeiro curso que dei, foquei a tragédia. Chamava-se “Configuração de gênero na tragédia Grega”. Foi um curso que teve aceitação; a resposta foi muito boa. Analisei as principais tragédias: de Ésquilo, Sófocles e Eurípedes. Deu para cobrir as principais temáticas e [...] a temática de gênero não é novidade. Já está nas palavras de Athena. Obviamente que a nossa sociedade ocidental (como outras, também, não ocidentais) é extremamente patriarcal. A visão de mundo dada não muda quando se analisa o discurso da tragédia grega.

Agora, por que, então, analisar isso se não vai ter nenhuma novidade, se não vai ter nenhuma heroína feminina? É análise do discurso mesmo. Apesar de ser uma tradução, interessa perguntar: que palavras são empregadas nesses discursos, há anos? Qual é o centro nevrálgico que caminha nesse discurso? Como hoje temos a Internet, e as peças gregas estão todas lá, em grego, dá para acompanhar qual é a palavra especificamente que está sendo traduzida por um termo ou outro em português. Esse é o centro importante, que eu considero, de releitura, de análise das palavras, e que imagens essas palavras constelam que nos podem situar melhor frente ao que hoje o feminismo, a leitura feminista, o movimento feminista, ou a questão dos gêneros já construiu. Foi esta a tônica que eu dei ao curso sobre tragédia: mostrar quais palavras e conceitos empregados são fundamentais e continuaram ao longo do tempo a constelar literaturas de todas as nacionalidades, inclusive a brasileira. Esse foi o objetivo desse primeiro curso do segundo semestre de 2015.

Já o atual, que começa agora em março de 2016, o título eu modifiquei um pouco por sugestões. Mudei para “Heroínas cômicas e trágicas na dramaturgia grega”. Por que ter tirado a palavra gênero? Porque configurações de gênero para um público em geral, não especializado, pode trazer certa má interpretação. Então, para deixar o curso mais claro, para pessoas que não têm uma longa trajetória acadêmica ou que não estão familiarizadas com a questão de gênero, que é muito grande hoje [...], mudei em função de maior clareza.

Nesse segundo curso, a ideia, desde o começo, era fazer um semestre tragédia, e outro, comédia. Como o primeiro curso repercutiu bem e há pessoas interessadas, também me foi sugerido manter um equilíbrio entre o cômico e o trágico, trazer algumas tragédias, material já trabalhado, mas que vai obviamente ganhar outro sentido, ao lado do cômico. O centro vai ser a comicidade.

No cômico, a dificuldade é maior do que na tragédia. O cômico implica uma posição que a princípio não tem



barreiras – ele parte com tudo para cima, derrubando o que tem na frente; é mais interessante do que trabalhar o trágico. Mas, também, mais difícil porque vai lidar mais com a palavra do dia a dia, com jargões da época de Aristófanes século V a.C.. Trabalhando com uma tradução, temos que ter mais estudo sobre a expressão que deve ser usada, mas também trabalhar essas palavras que ele (Aristófanes) usa na comédia antiga (comédia política, de ataque pessoal a políticos e personalidades de Atenas no século V a.C.), a história que está por trás dessas palavras que ele emprega, para a gente chegar mais próximo ao que o tradutor brasileiro usa. Esse diálogo, trazer essa etimologia que vem do grego e traduzir para o português, ajuda a aclarar o campo semântico que aquela expressão traz.

“Não tive mãe, sou toda pelo pai.”

Obviamente que o sexo é um dos principais motivos que Aristófanes usou, e está presente em todas as suas comédias políticas, principalmente pelo viés feminino – eu escolhi aquelas que tematizam mais o feminino. Vou trabalhar estas duas comédias antigas políticas: “A Lisístrata”, mais conhecida como “A Greve do sexo”, e “Assembleia de mulheres”. Depois, eu passo para a comédia latina, trabalhando “O Anfitrião”, de Plauto, e depois eu passo para a tragédia. Pretendo, assim, formar um quadro bastante sucinto, mas bastante abrangente em termos de conteúdo.

Espero que esse tipo de literatura desperte o interesse nas pessoas, que as estimule a procurar ler outras obras que não vamos ter tempo de trabalhar nesse curso. Para fazer um curso bom em pouco tempo, é preciso dosar bastante o que vou apresentar para trabalhar. Acho que é a paixão que eu tenho é que convence. É fascinante porque trata do que é o humano, sem fronteiras. Só tem uma limitação [nas tragédias e comédias gregas], que é o pensamento patriarcal. [...]

Francisco Thiago Camêlo – Miriam, eu queria voltar para a palavra gênero, que está em cena e é alvo de disputas hoje. Você falou sobre a sugestão de retirar o uso da palavra no título para configurações de gênero. No final do ano passado, foi aprovada a lei do feminicídio, com restituição da palavra gênero, que abrange transexuais, transgêneros e travestis. Eu queria saber o que você pensa sobre essa “polêmica” em torno da palavra gênero.

Miriam Sutter – Gênero, a princípio, na minha época, quando eu lia toda a teoria, era o feminismo, não era a questão gênero. Então, acho que a palavra gênero, dentro do contexto atual, abrange todas essas categorias que você falou. Ela não exclui essas novas categorias que legalmente vão ser aceitas porque, para uma coisa pregoar na sociedade e ser aceita, a lei precisa aceitar. Acho que nesse ponto a palavra gênero está muito bem empregada no sentido que ela abarca todas essas categorias e questões sobre a sexualidade que já existiam na Grécia, mas a lei não contemplava; então, se a lei não contempla, não existe. Existe de fato, mas não existe de direito.

**Érico Braga Barbosa Lima é coordenador da Cátedra UNESCO de Leitura e editor da Revista Cátedra Digital.**

**Luiza Trindade Oiticica é jornalista e editora da Cátedra Digital.**

**Miriam Sutter é doutora em Língua e Literatura Latina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora adjunta da PUC-Rio e orientadora da área de Letras Clássicas.**

**Francisco Thiago Camêlo é mestrando em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio e Colaborador da Cátedra UNESCO de Leitura.**

# As vênus escabrosas - Revista Catedra Digital

**Giovani Papinni**

Conheci um riquíssimo armador e negociante português que reside aqui em Moçambique durante alguns meses do ano só para cuidar do andamento dos seus negócios. Ele se chama Francisco de Azevedo, e trata-se de pessoa amável, de modos cativantes, muito bom gosto e cultura exemplar. Há alguns dias me convidou para jantar em sua casa, fora da cidade, e onde vive na companhia, somente, de criados e criadas de cor. Depois de um café, e uma vez que já havíamos acendido os cigarros, meu amável anfitrião achegou-se um tanto confessional.

– A despeito das aparências, levo uma existência melancólica. A mulher que eu amava morreu; minhas filhas todas se casaram na América. Não tenho e nem posso querer ter ninguém. As mulheres e homens que vivem nesta ilha, independente de raça e cor e descendência, são horríveis, de uma tosca feiura, e nem sequer soem possuir os traços disformes, porém encantados, dos aborígenes autênticos. São todos mestiços e bastardos, com todos os vícios da civilização, acrescidos da barbárie do insalubre cotidiano. Eu os suporto, mas sofro. Para atenuar a visão dessa humanidade estragada e malfeita, fui obrigado a procurar qualquer tipo de fuga. E vou explicar em que ela consistiu.

Ele me conduziu através de duas ou três salas vazias e com uma chave de prata abriu uma enorme porta cravada em tábuas singulares. Acendeu um par de luzes no teto e me vi em uma sala redonda muito espaçosa cujas paredes, de um vermelho escuro dos tempos de Pompéia, acolhiam em fila inúmeras figuras brancas e imóveis.

– Veja você – me disse Fernando de Azevedo – que esta talvez seja a mais exuberante coleção de Vênus do mundo. Quis reunir aqui, em reproduções fiéis, todas as Vênus que são admiradas por todos nos museus e palácios do mundo antigo. Sempre que visitava as maiores cidades europeias, aproveitava minha estadia para contratar os melhores artistas para reproduzirem essas famosas imagens da beleza ideal. O que lhe parece?

Reconheci de imediato as mais célebres estátuas de Afrodite, que havia visto nas minhas viagens: a Vênus de Millo, a Vênus de Médicis, a Vênus de Cirene, a Vênus Capitolina, a Vênus de Cellini e a de Canova, e muitas mais que não pude reconhecer. Algumas sem cabeça, outras sem braços, mas todas ostentando o florescer dos bustos, o suave resguardo do abdômen, a perfeição das pernas bem torneadas.

Era um espetáculo desconcertante e meio incômodo aquele parlamento de mulheres nuas e cândidas, em sequência ordinária, algumas em atitudes lascivas, outras contidas e pudicas, a maior parte altiva e soberba, com ares de desafio e oferecimento em uma mesma expressão empedernida. Sob a clara luz elétrica, aquela procissão imóvel e confiada de mechas ondeadas, seios corretos, ancas de perfeitos contornos e braços de traços harmoniosos não inspirava nenhuma ideia amorosa ou libidinosa; pelo contrário, causava uma estranheza indefinida e produzia uma incômoda sensação muito próxima ao pudor.

Não sabia o que dizer. Não disse nada. – Compreendo – disse Francisco de Azevedo –, compreendo seu silêncio. Você percebeu como por um instinto de defesa aquilo que só compreendi tardiamente. Quando contemplamos em um salão de museu uma destas Vênus celebérrimas, isolada em seu esplendor, temos a ilusão de estarmos diante de um milagre da beleza ancestral. Quando vi pela primeira vez, em Roma, no Museu das Termas, a Venus de Cirene, na sala estreita de que ela dispõe somente para Si, sofri de um êxtase casto que só poderia ser proporcionado pela revelação do ultimato da beleza. Porém, quando finalmente consegui reunir aqui, nessa espécie de templo secreto, todas estas Vênus cruas, já não pude,

então, voltar a sentir aquela pura alegria pela qual tanto ansiava. Havia inventado a esperança de que estes monumentos eternos do eterno feminino iriam me compensar da visão desses seres degenerescentes e desbalanceados que sou obrigado a ver todos os dias. Mas as Vênus, todas aqui reunidas, não puderam me dar aquela exaltação intelectual, e não carnal, que cada uma delas, vistas durante alguns minutos, me causaram da primeira vez. A multidão de corpos perfeitos dá à luz a saciedade, e quase me atreveria a dizer, a náusea. Depois desses anos fiz uma dura descoberta. As Vênus – incluindo as mais famosas – são feias.

As mulheres só são consideradas belas por nós somente se e enquanto uma promessa de prazer e de volúpia. Mas se algum de nós, chegada a vetusta sabedoria, pudesse se por a ver estas Vênus com a mesma fria imparcialidade com que um zoólogo examina um banal exemplar da fauna terrestre, se daria conta de que as Vênus são animais que estão muito longe de ser admiráveis e maravilhosos: essa pequena tromba graciosa que é o nariz; essa bruta greta que é a boca; essas duas protuberâncias nutrientes que são os seios; esses glúteos indecentes que nos fazem lembrar a defecação... Mas não vou insistir nessa linha. Talvez eu tenha feito mal em obriga-lo a contemplar essas fêmeas mamíferas de mármore que os artistas tentaram transfigurar em harmonia abstrata como uma espécie de compensação por aquelas outras bem mais repugnantes, em carne e osso, que temos que ver e conviver.

Desculpe-me, Sr. Gog, e voltemos à sala para beber um pouco mais de Vinho do Porto. – Apesar da coleção das Vênus – concluiu Francisco de Azevedo – minha vida segue sendo triste e desconsolada. Vejo-me obrigado a me preocupar com os negócios, como há outros que se entretêm com as apostas ou com a guerra. Desde aquele encontro, não voltei a ver o negociante português; e não tenho nenhum desejo de voltar a vê-lo.

### **Bibliografia**

PAPINI, Giovanni. "Las Venus Feas". In.: *Obras Completas*.

Aguillar, Madrid, 1957. (Tradução livre de Érico Braga Barbosa

Lima a partir do espanhol).

# Hermafrodito - Revista Catedra Digital

## Kako ©Escrita Fina

Entre os muitos romances da deusa Afrodite, nenhum teve um desfecho tão surpreendente quanto o seu com Hermes, o deus mensageiro, filho de Zeus e da deusa Maia, condutor das almas e protetor dos pastores, dos rebanhos e dos viajantes.

Do amor dos dois deuses, nasceu um filho que, por ser fruto de um relacionamento secreto, foi entregue às Ninfas que habitavam o monte Ida, na Frígia, para que elas o criassem.

No entanto, para que seu amor se perpetuasse, os deuses deram à criança o nome de Hermafrodito, unindo seus nomes – Hermes e Afrodite – para sempre.

Sempre cuidado pelas ninfas, Hermafrodito cresceu tão bonito quanto o deus Narciso e tão indiferente ao amor quanto ele. Sua beleza, encantava e enfeitiçava todos os que o viam, mas ele se mostrava alheio às paixões que despertava e vivia sonhando em visitar terras distantes.

E assim foi que, tão logo completou quinze anos, ele se despediu das ninfas, abandonou o monte Ida e saiu percorrendo o mundo.

Viajou pela Ásia Menor atravessando muitas regiões, até que chegou um dia à região de Cária.

Cansado de tantas andanças, o rapaz sentou-se para descansar junto à fonte onde morava a ninfa Sálmacis.

Ela era uma ninfa diferente de todas as outras. Jamais seguia a corte de Ártemis, dedicando-se somente ao ócio e à vaidade. Em vão, suas irmãs a advertiam de que seguisse a deusa em suas caçadas ou treinasse sua pontaria com o arco.

Ela não lhes dava ouvidos. Passava seus dias admirando-se nas águas do lago, penteando os longos cabelos. Pois, num desses momentos, em que ela se banhava nas águas do lago, viu se aproximar Hermafrodito.

Ao ver um rapaz de beleza tão extraordinária, Sálmacis perdeu-se de amores. Tentou de todos os modos seduzi-lo, cobrindo-o de atenções e carinhos, mas o jovem permanecia completamente indiferente às suas tentativas. Nem parecia se dar conta de sua presença.

Vendo que de nada adiantavam seus esforços, a ninfa fingiu conformar-se e afastou-se, mas passava os dias consumida pelo desejo, espreitando Hermafrodito por entre as folhagens.

Até que, num dia especialmente quente, o jovem resolveu refrescar-se. Despiu-se e foi se banhar nas águas da fonte.

A nudez do rapaz inflamou ainda mais o desejo da ninfa. Vendo-o, afinal, dentro de seu domínio, Sálmacis, mais do que depressa, atirou-se a ele nas águas claras e frescas da fonte e estreitou-o em um abraço apertado.

Hermafrodito, pego de surpresa, tentou com todas as suas forças afastá-la, mas ela rogou aos deuses que eles jamais se separassem.

Os imortais ouviram suas súplicas e logo o rapaz sentiu a força do amor da jovem ninfa. Um amor tão profundo que se apoderou de seu corpo e os dois corpos se fundiram em um, surgindo, assim, um novo ser de dupla

natureza – homem e mulher.

Hermafrodito, sentindo que estava perdendo sua individualidade, suplicou aos deuses que assim acontecesse a todos os homens que se banhassem naquela fonte, e eles ouviram sua súplica.

E assim é que todo aquele que se banha no lago da ninfa Sálmacis perde para sempre a virilidade.

### **Notas**

[1] Texto e ilustração gentilmente cedidos pela editora Escrita Fina.

[2] Do mito de Hermes e Afrodite, originou-se o termo médico “hermafrodito”, que define as pessoas nascidas com os dois aparelhos genitais (feminino e masculino).

### **Bibliografia**

CAVALCANTI, Maria Clara. “Hermafrodito”. In *Eros e Psiquê, Píramo e Tisbe e outros amores da mitologia grega*. Ilustrações de Kako. Rio de Janeiro: Escrita Fina, 2016.

Maria Clara Cavalcanti é especialista em Leitura: Teoria e Práticas pela PUC-Rio, especialista em Literatura Infantil e Juvenil pela UFF e pesquisadora do iiLER.

# Entrevista Antônio Houaiss

por Marta Mamede Batalha

Antônio Houaiss – Vamos supor três hipóteses para que uma pessoa leia. Primeiro, porque tem prazer de ler. — prazer que, no fundo, se impõe pelo interesse em criar um universo interior para si mais amplo do que tinha antes. E, graças à leitura, ele incorpore informações, emoções, sentimentos, etc.

Segundo: o leitor que é obrigado a ler porque, por sua vida profissional, ele tem que alargar os conhecimentos profissionais.

E em terceiro: o indivíduo frente ao mundo gráfico. O mundo escrito, como nós, lê episodicamente em função de três hipóteses, concomitantemente, e o mercado editorial vive desses limites.

Primeira hipótese: em qualquer caso, a minha convicção é que, a partir do momento em que se nasce, começa-se a ser leitor até o fim da vida e, conforme vai se desenvolvendo, vai mudando de técnica de leitura, vai mudando de comportamento de leitura. Vou rapidamente dizer a você o que tem sido a minha vida de leitor.

Desde cedo me defini por um interesse muito grande pela língua portuguesa. Por influência de alguns professores que eu tive, por influência, talvez, de minha mãe e por várias outras influências, achei interessante aprofundar-me no conhecimento da nossa língua. E minha vida ficou, em grande parte, em função dessa circunstância. Mas a vida se desdobrou em vários assuntos, em várias épocas, de maneira que a leitura que eu fazia, tendo em vista basicamente isto, foi a mais variada possível. Eu me recordo que, a partir dos 8 anos, eu não passei um só dia sem ter dois ou três livros na mão. Então, fui o que você poderia chamar um leitor sistemático ou impenitente.

Que prazer eu tinha em ser esse tipo de leitor? Ao mesmo tempo em que eu reconhecia que aquilo eram informações que iriam talvez me ajudar a viver, já eram informações que me ajudavam a viver pelo prazer da própria leitura. Eu não me recordo de ter lido nada obrigado, infelizmente, é o que ocorre com frequência na técnica de aliciar para a leitura. Quem é obrigado a ler, por sedução, por aliciamento e sente a obrigação da leitura, não é e nunca será um bom leitor. Ele tem que descobrir por si mesmo a alegria da leitura, por influência do ambiente ou das pessoas.

Eu creio que a primeira condição para você usufruir as vantagens que a leitura lhe pode proporcionar é usufruir o prazer que a leitura lhe dá. Essa é a porta pela qual você entra. No caso concreto meu, recordo que, ao longo da minha infância e da minha juventude, eu lia desbragadamente.

Marta Batalha – Como o senhor começou a ler?

Antônio Houaiss – Eu comecei a ler devidamente em casa, meio sistemático, a partir dos 8 anos. Não me recordo jamais de, nas minhas atividades, não ter livros para ler.

Vivia no Leme, onde fui um garoto de pé descalço, no bom sentido da palavra..Com uma garotada da mesma

idade, de origens étnicas muito diferentes, eu, que sou filho de libaneses, convivia com um grande amigo, filho de belgas, outro grande amigo, filho de cearenses, outro amigo filho de mineiros e um filho de portugueses. Era uma Liga das Nações muito heterogênea, da mesma idade mais ou menos. Evidentemente brincávamos na praia, tomávamos banho de mar, subíamos o Morro da Babilônia para tirar caniços para pescar na praia. Tínhamos uma atividade física muito grande, muito ativa, às vezes até utilitária, porque o siri e os peixes eram para nós comermos. Ao mesmo tempo, eu tinha as minhas horas religiosas de leitura: antes de anoitecer e bem cedo, por exemplo, eu lia intensamente.

Marta Batalha – Que livros eram esses?

Antônio Houaiss – Eu usava evidentemente livros escolares, que para mim não eram escolares, os livros que eram compostos de pequenas partes antológicas para a leitura, como Felisberto de Carvalho, Felisberto de Menezes, mais tarde a Antologia de Carlos de Laet, a Antologia de Fausto Barreto. Lia também fascículos, que começaram a se vendidos aqui no Brasil. Eram obras traduzidas, em geral, do francês ou do italiano, vendidas semanalmente. Meu irmão, mais velho, assinava esses fascículos e logo que lia passava-os para mim. Li, nessa ocasião, grande parte da literatura de Michel Zevacco. Era um nome italiano, mas na realidade as obras dele eram escritas em francês. Era uma sequência relativa à história da França, da Idade Média até o fim da Monarquia.

Havia as obras de Alexandre Dumas pai, Alexandre Dumas filho, os romances policiais de Conan Doyle. Isso tudo entrava nessa mistura de livros que eu lia. Evidentemente eu não discriminava o tema porque eu não tinha um objetivo definido, mas eu tinha o prazer da leitura. Então eu lia todos os aspectos. ( VERIFICAR)

Recordo-me que, em um dado momento, uma pessoa influiria em mim porque tinha livros espíritas. Então eu, que não tinha nada de espírita, li muita coisa de Allan Kardec e coisas atribuídas a ele. Li muita literatura dita psicografada. Isso foi uma fase da minha vida.

Termo o curso secundário, aí entro para uma escola de comércio, Amaro Cavalcante. Aí o leque de opções começou a se orientar mais.

Marta Batalha – Nessa época o senhor tinha o quê? 17 anos?

Antônio Houaiss – Não. Eu entrei para o propedêutico da escola com, no máximo, 13 anos, e fiquei lá quase cinco anos. Saí com 17 anos. Aí é que eu fiz o curso de madureza, que havia naquele tempo, para poder fazer a universidade. Eu entrei para a Faculdade Nacional de Filosofia, — na realidade para a Universidade do Distrito Federal, nas primeiras turmas. Fiz o curso de Letras Clássicas, — cujo grupo era constituído por dois alunos apenas. Para Línguas Românicas e Línguas Germânicas, as turmas chegaram a ser de 20 ou 30 alunos e, às vezes, duas ou três turmas. Para Letras Clássicas só fui eu e o filho do Antenor Nascentes, que se chamava Olavo Aníbal Nascentes. Antenor Nascentes era um nome sagrado no ensino da língua portuguesa. Tínhamos o privilégio de ter aulas com eminentes professores só para nós dois. Inclusive na época, já na guerra, havia professores franceses e italianos que vieram ensinar aqui no Brasil, e nós tínhamos o privilégio de ter aulas exclusivas. Nessa época, evidentemente, eu tive que dividir as minhas leituras entre

as obras de prazer, e então comecei a entrar na ficção brasileira, na ficção francesa, na ficção italiana, na ficção espanhola. Lia Manzoni entre os italianos e Alexandre Dumas entre os franceses.

Marta Batalha – Essas eram as de prazer?

Antônio Houaiss – Essas eram as de prazer.

Marta Batalha – E quais eram as de dever?

Antônio Houaiss – As obras de obrigação eram livros latinos, Tecnologia da Língua Latina, gramáticas, sintaxes e grego. Enchia o meu mundo de leitura. O tempo era muito pequeno e, nesse ritmo, tinha sempre que progredir. Criei um hábito de leitura que é característico de certas pessoas, mas eu não reputo vicioso. Eu nunca li um livro de cada vez. A partir dos 20 e poucos anos, eu sempre li dois, três, quatro, às vezes cinco livros concomitantemente, porque, como a leitura me cansa e minha atenção começa a dispersar, para eu não deixar de ler, mudo de tema. Com isso aproveito o tempo, porque, realmente, a cada temática o nosso interesse se renova. De modo que o tempo que eu tenho levado na vida, de leitura, tem sido muito grande.

Aí entra um terceiro momento da minha vida que considero o momento final, que de certo modo são os últimos 30 anos, eu estou com 80.

A partir dos 50 concomitantemente, eu lia por prazer, por dever e, sobretudo, para me informar sobre as coisas que eu queria escrever. Nesse momento, naturalmente, já tinha conhecimento de bibliografias, de como levantar os livros que eu reputaria indispensáveis para fazer um artigo ou um panfleto ou uma tese, e agora que estou com 80 anos, continuo lendo livros nessa base dispersa.

No momento presente, desde 1986, tentei a loucura de fazer um grande dicionário da língua portuguesa. Evidentemente, fiz uma equipe, em um dado momento (financiada por um benemérito), que era de 30 e tantas pessoas. Eu tive que orientá-los nos diversos aspectos do que é um dicionário complexo. Um dicionário em que você pretende aumentar o número de informações, compilá-las e condensá-las num dicionário tal que ele fosse pelo menos quatro vezes maior e melhor do que o melhor existente.

Claro que, no Brasil, nas condições de hoje, um projeto como esse é absolutamente, eu diria como Rui Barbosa, inviável. É uma criança que não nasce. Não nasce por uma razão: o financiamento social só se faz quando existem grandes milionários interessados na cultura e em ajudar as pessoas que não têm condições de dar de graça o seu trabalho, de ser remunerado e dar um trabalho competente. Eu tinha um relacionamento muito bom com as pessoas capazes de trabalhar. Os melhores eu poderia escolher, mas eu não podia pedir que eles trabalhassem de graça. Consegui uma remuneração relativamente decorosa por um período, mas depois não pude prosseguir porque a realidade concreta é que o financiamento nunca é mecanicamente regular, e, no que altera, você tem também que alterar a sua equipe, ao contrário, diminuí-la. Portanto, aquelas pessoas que podem obter um emprego, digamos mais fixo, regular, sistemático, foram saindo e em geral, em primeiro lugar os mais competentes. Então, a aventura de fazê-lo funcionar foi uma luta e evidentemente o tempo calculado foi explodido. Nós não conseguimos fazer, senão a metade do que desejávamos no lapso



de tempo transcorrido, — um acidente de percurso que existe em qualquer projeto intelectual brasileiro, se você não tem a garantia de um tipo de remuneração decorosa para os funcionários decorosos.

Estou hoje em dia, nesta fase final, com poucas aspirações. Vou fazer 80 anos daqui a pouco, no mês de outubro, e estou, atualmente sozinho, fazendo uma parte que eu reputo muito importante: a da etimologia. Talvez seu prosseguimento só se dê depois da minha morte.

A parte etimológica consiste em um sistema em que eu faço uma análise morfológica da língua e semântica de todos os elementos mórficos da língua, todos os prefixos, os sufixos, os infixos, as raízes e todos os radicais, e grupo todas as palavras que estão conexas.

Feito esse sistema, ele serve como um arcabouço para o futuro do dicionário porque juntando as palavras que são geradas por essa análise eu chego a 400 mil palavras, que devem ser depois autonomizadas, quer dizer, constituídas em verbetes próprios — trabalho que foi inicialmente feito e já existe em torno de 100 mil palavras nessas condições — em palavras tratadas do ponto de vista semântico, os vários sentidos que ela tem, tratadas do ponto de vista etimológico, particular, inserido na etimologia geral.

Destaco e mostro a evolução do sentido delas, e a sua forma, com as agregações de paronímia, palavras parecidas distinguidas umas das outras e homonímia ou sinonímia, palavras que são iguais ou que significam praticamente a mesma coisa. Então, cada verbete desse constitui um universo vinculado com o resto do dicionário. Isso é um projeto muito bonito, mas evidentemente, eu não o verei.

Marta Batalha – Essa parte ainda não está terminada?

Antônio Houaiss – Estou terminando; está ali no meu computador. Eu trabalho cada minuto. Como tenho uma gentil entrevistadeira como você, vou para lá. Eu tenho saído muito pouco: vou à Academia às quintas-feiras, a um ou outro compromisso episódico à noite, social. Fico confinado aqui, sobretudo porque tive, há algum tempo, três coisas que alteraram completamente a minha vida. Há oito anos, perdi minha mulher; tínhamos 46 para 47 anos de casados. Claro que eu não cogitei mais de mulher nenhuma na minha vida, a partir daí. Quer dizer, criou-me esta solidão relativa. Segundo lugar: quebrei a perna, aqui em casa e tive que fazer uma prótese, o que me retira o prazer das caminhadas, aliás eu fazia muitas caminhadas com ela. Em terceiro e último lugar, tive que vender o meu carro. De maneira que a própria locomoção de que eu era o responsável já não tinha razão de ser. Hoje em dia, tenho a minha casa muito cheia — muita gente me visita; ainda agora mesmo você viu que estava ali uma quando você chegou.

Essa monotonia aparente da minha vida não existe. O problema é que às vezes tenho que evitar um pouco, mas é essa vida. Agora, o fundamental é isto: fui um leitor inveterado, ao longo da vida, a tal ponto que já misturo as leituras que fiz, claro. Muitas vezes, não me lembro com muita nitidez das obras que eu li há tempos passados. Um dos grandes prazeres é reler. Os grandes leitores, ao cabo da vida, têm mais prazer em reler as obras preferenciais do que propriamente em ler.

Marta Batalha – Entre essas obras preferenciais, quais foram as primeiras, que lhe marcaram mais, as que foram fundamentais?

Antônio Houaiss – Eu sou monótono. Sou um brasileiro como outro qualquer. Iniciei, em termos de literatura brasileira, pelo nosso José de Alencar, cheguei ao nosso Machado de Assis. Deslumbrei-me com Machado de Assis... que é realmente de uma imensidade de graça... É um homem que tem uma profundidade imensa, mas parece superficial. Nesse contraste entre a leveza com que ele expõe as questões, sempre um pouco humoristicamente, e a profundidade dessas questões, isso faz dele, assim, mágico, que encanta pessoas de quase todas as idades. Todas as idades, a partir de certo momento, e quase que todas as culturas. Você não precisa ser uma grande filósofa para admirá-lo nem precisa ser...

Marta Batalha – Brasileira?

Antônio Houaiss – É. Releio com frequência o livro do Manuel Antônio de Almeida, Memórias de um Sargento de Milícias. E leio muito mesmo; são originais de pessoas que pretendem ser escritoras. Por isso mesmo, às vezes sou um pouco abusivo em fazer orelhas para as pessoas etc. Mas isso tudo me dá prazer. Eu não me lembro jamais de ter tido uma relação de desprazer com um texto escrito, manuscrito, datilografado ou computadorizado ou impresso tipograficamente.

Marta Batalha – Mesmo na escola?

Antônio Houaiss – Mesmo na escola. Eu não sou um caso típico. A minha história não está muito longe de traços que são comuns a qualquer pessoa que leia. Infelizmente, o Brasil, não se esqueça disso, é um país de baixa leitura. Como conjunto. A baixa leitura deriva do fato de que, desde 1922 — não computados os livros didáticos —, nós temos mantido o índice de um livro per capita por ano.

Quando o Brasil tinha 22 milhões de habitantes, editamos 22 milhões de livros, o que significa que foi um livro para cada pessoa. Essa é a proporção que tem se mantido até hoje. A Câmara Brasileira do Livro dirá que nós estamos com o dobro da população em termos de editoração. Eu duvido. E se estamos sem livros, em que se incluem livros de referência, dicionários, maiores e menores, ou livros de atividade profissional, o que você compra para consultar lentamente ao longo da vida? Nesse caso, não deviam ser computados.

Marta Batalha – Então as pessoas hoje leem menos?

Antônio Houaiss – O brasileiro é dos povos que menos leem no mundo.

Marta Batalha – Por que isso está acontecendo?

Antônio Houaiss – Por uma razão: é que nós estamos generalizando estatisticamente a população inteira, quando na realidade, os que têm condições de ler, de fato, leem dois, três, cinco, dez livros por ano. É tudo computado quando você generaliza e está incluindo os 70% de analfabetos funcionais brasileiros. Quer dizer, nós, no fundo, lemos muito. Os 30% que leem, leem muito.

Marta Batalha – Então é uma questão de educação?

Antônio Houaiss – De educação. Mas, em princípio não temos pudor de confessar que o ensino de base brasileiro é um dos piores ensinados do mundo. E é no ensino de base, nos primeiros oito anos, que você faz o fundo do seu cabedal de cultura e o fundo da sua capacidade de ler. Se 30% das crianças não têm escola, 30% da população é analfabeta, literalmente. Mais de 40% da população passou pela escola um ou dois anos. Foram educados e alfabetizados e não sabiam assinar seus nomes. Então, essa criação brasileira na prática tinha 70% de pessoas que não liam uma palavra escrita, e não leem. Nem escrevem, nem leem. Têm profissões que eles sabem fazer empiricamente, e é tudo; ao contrário de um mundo que tem 30 mil profissões e que, talvez 99% para mais, são profissões que exigem ensino superior. Então, esse é o quadro trágico do Brasil.

Marta Batalha – E qual a relação dessa falta de leitura com as pressões sociais, políticas e econômicas?

Antônio Houaiss – A relação é enorme. Não é apenas pelo convívio diário que o homem aprende. Ele tem que ter esses momentos de contemplação, de estudo, mas isso não está ocorrendo. Nós vivemos em função de slogans; agora, um deles é a privatização. Ninguém entra no mérito do problema e o que isso significa. O que que isso significa? Se você olha um país como a França, que é um dos melhores países do mundo em termos de equilíbrio social, apesar de haver miséria lá, ainda é muito pequena. Você ainda encontra. Você verá que a França é um país em que toda a energia elétrica é estatal. Grande parte da qual é atômica. E é quase que inconcebível que se ponha energia atômica em mãos privadas. Isso é um risco enorme. Tem que ser o Estado responsável por isso. É quase total o controle das ferrovias francesas pelo estado, e é um dos sistemas de ferrovias mais belos do mundo. É quase total a rede fluvial da França que se interliga enormemente, administrada pelo Estado. É quase que total a produção de automóveis na França por empresas do Estado. Aqui, em um país como o nosso, eles estão querendo privatizar. Essa privatização, evidentemente, vai beneficiar os 30% do topo da população brasileira. Vão ser produtos mais sofisticados, mais caros, bem mais caros etc. Porém o restante da população vai sofrer tremendamente.

Marta Batalha – Seria mais fácil acontecer esse tipo de coisa num país que não tem leitura?

Antônio Houaiss – É verdade. Agora, a leitura é o caminho. Não há outro. A leitura e o livro.

Marta Batalha – O que que a leitura faz?

Antônio Houaiss – Minha querida, até o fim do século XVIII (é uma estatística bruta, mas perfeitamente válida), desde a invenção da palavra até o fim do século XVIII, nunca houve sociedade com mais de 2% de leitores e escritores. No fim do século XVIII, filósofos, franceses de preferência, mas também ingleses, alemães, italianos etc., postularam duas coisas para que a humanidade pudesse prosseguir. Nós atingimos o primeiro bilhão de habitantes nessa época. Primeiro: atingimos a maior pestilência da história. Era tão suja a humanidade, tão porca e tão infectada que ela corria o risco de ser comida pelas próprias mazelas que ela gerava. E era de uma ignorância maciça porque somente 2% conheciam algo. A postulação de Diderot, D'Alembert, Voltaire e outros mais, e dos filósofos suíços, belgas etc., é que era necessário enveredar por outros caminhos. Primeiro, limpar a terra; limpar no sentido sanitário; segundo, educar, com o tal ensino de base. A limpeza da pestilência foi feita em caráter geral porque, se limpassem a Bélgica, mas deixassem a Holanda suja, pestilencial, a pestilência voltaria para a Bélgica. Se a Suíça fosse higienizada e os países em torno não o fossem, evidentemente... Então, o plano de sanitização da Terra teve de ser global. Não havia alternativas. Formularam-se grandes impérios, grandes laboratórios internacionais que, nessa operação, ganharam dinheiro em quantidade. Mais os países centrais. Segunda alteração: não foi feita em escala humana. A limpeza no Brasil chegou no início do século XX, quando erradicamos a febre amarela, que era uma das pestilências principais da Terra. Mas o fato é que a Terra ficou mais ou menos higienizada, até que aconteceu um controle.

Certos países só nos recebem se tivermos tais e tais vacinas. É um tipo de se defender. Alguns países fazem uma profilaxia dos aviões (que são um dos condutores principais de doenças) quando o avião chega, antes que a população saia e entre em contato com eventuais insetos etc. Em geral, a população doente que vem de outro país chega com um atestado médico dizendo que a doença não é infectocontagiosa etc. Com isso, nós estamos protegendo, de certo modo, a Terra, embora não possamos proteger de doenças inovadoras: as doenças que estão aparecendo. A Aids é um exemplo típico, que, entretanto, vai ser vencida daqui a pouco; não há problema. Certas doenças recentes evidentemente continuarão porque o homem envelhece e há coisas que são típicas da velhice: o Mal de Alzheimer, por exemplo. Certas deficiências mentais, porque a expectativa de vida do homem está aumentando, e, ao aumentar, certas potencialidades que não apareciam, porque se morria cedo, começam a aparecer hoje em dia [T.I.] Mas são coisas miúdas comparadas com o que foi o fim do século XVIII. Então realizamos esse mérito. Essa Ebola que estão falando na África é uma doença que está espantando a Terra e matou até agora 174 pessoas. Por aí você vê que é uma coisa, relativamente, desprezível comparada com uma Febre Espanhola, que deu a volta à Terra em menos de um ano e matou milhões de pessoas. Isso, depois da Guerra de 14, a primeira Grande Guerra. Porém, com relação ao ensino de base, tínhamos o seguinte: era a fórmula dita oito por oito. Tinham que ser dadas, pelo menos, oito horas de atendimento à criança por dia, a partir dos 8 anos de idade; se possível, 7, se possível, 6, e durante oito anos, no mínimo. Com professoras altamente capacitadas.

Marta Batalha – Isso no século XVIII?

Antônio Houaiss – Não. Já no século XIX. Isso foi preconizado no século XVIII e o século XIX o realizou de tal maneira que alguns países, no fim do século XIX, lá por 1890, apresentavam índices de 98, 99% de alfabetizados, no bom sentido da palavra. Houve um progresso como que de 10% por cada década do século XIX. Mas que países foram esses? Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Norte da Itália... E entrando no circuito, já no meio do século XIX em 1850, os Estados Unidos, o Japão. São os países de ponta hoje em dia. Os outros ficaram na rabeira da história. Portugal, até 1850 tinha 2% de alfabetizados, a Espanha também. Quer dizer, os países que estiveram na ponta dos descobrimentos, de repente ficaram retardatários.

Marta Batalha – Quer dizer que o desenvolvimento estaria atrelado à leitura e à alfabetização?

Antônio Houaiss – A condição para haver a modernização era a intensa alfabetização, com intensa leitura e com intensa editoração.

Marta Batalha – Por que ela faz pessoas críticas? Qual é a função da leitura?

Antônio Houaiss – Não, a transmissão puramente oral, se não é fundada num texto, não é memorizada, não é integrada na criatura. A professora que dá uma aula, por mais brilhante que seja essa aula, deixa uns picos de interesse na mente do estudante. Agora, se ele não puder recapitular aquilo com um texto bom, evidentemente não vai assimilar aquilo. Não vai acumular, não vai armazenar. É uma questão de psicologia muito elementar. Então, concomitantemente nesses países que fizeram as duas coisas — a limpeza e a educação —, não houve uma coisa que se chama explosão demográfica. Eu vou explicar. Que idade você tem?

Marta Batalha – 21 anos.

Antônio Houaiss – É um pouco bruto o que eu vou dizer, mas você vai entender. No século XVII, houve casos de mulheres que, na idade fecunda, tiveram 30, 40, 50 concepções. Perdiam com uma facilidade brutal essa fecundação. Por quê? Falta de higiene, que causa doenças, etc. A vida da mulher deve ter sido um inferno naquele período, porque, realmente, ela tinha que “fazer amor”. É um fato biológico, mas arriscava-se cada vez a conceber e a perder. Foi por isso que os filósofos disseram: “Elas precisam saber o que estão fazendo quando amam.” Então, nesses países onde houve a dupla operação — a de limpeza e a de educação —, não houve aumento populacional e compatível com a produção de bens materiais e espirituais.

Marta Batalha – Então a educação forma as pessoas e dá uma certa consciência política?

Antônio Houaiss – Dá consciência crítica, exatamente. E eu diria mais: controle sobre si mesmo. No Nordeste brasileiro, houve, e há, criaturas que tiveram 23 filhos, 28 filhos, porque já não perdiam. A saúde já permitia que elas concebesssem e as crianças vingassem. Mas, em compensação, eram crianças destinadas a ser analfabetas. Isso ocorreu de forma trágica na Ásia e na África inteira. A África, que ao mesmo tempo perdeu 800 milhões de criaturas pela escravidão o que representou um déficit no fim do século XIX equivalente a 800 milhões de pessoas. A África, nos primeiros cálculos deste século, um dos pais da Estatística, deveria ter naquela altura uma população com oitocentos milhões de pessoas a mais se não tivesse sido, como foi, saqueada na sua própria população. Na época do saqueio nos séculos XVI, XVII e XVIII eles não tiraram 800 milhões de criaturas, mas se lá tivessem ficado elas representariam oitocentos milhões de pessoas a mais. Isso, não obstante, a África está explodindo de população. É bem possível que venha a ser o continente mais populoso, mais do que a Ásia, porque na China, estão agora controlando a população. O controle é muito caro. Ao casar, o casal, sabe que, ao ter um filho, vai ter toda a ajuda do Estado para essa criança. Ao ter um segundo filho, a responsabilidade sobre esse filho fica por conta do casal. Se tiver um terceiro filho, esse filho retira as vantagens que o primeiro estava tendo e o casal vai ficar com a responsabilidade dos três sem a ajuda do Estado. Com isso, a China, que estava gerando um Brasil de dois em dois anos, está dominando lentamente a progressão, está sendo cada vez mais discreta e em breve vai haver uma inversão.

Marta Batalha – A capacidade de informação da população da China, a leitura é...

Antônio Houaiss – Hoje em dia, o ensino na China está mudando de feição. Enquanto a China foi dominada pelo colonialismo, havia algumas coisas interessantes. Os dois grandes rios tinham uma enchente anual que matava em torno de 47 milhões de pessoas. Era nesse equilíbrio catastrófico que ela se mantinha. Depois que isso passou a ser controlado, a população começou a aumentar brutalmente, como na Índia. A Índia, daqui a pouco, terá uma população maior do que a China, porque o Estado indiano ficou fragmentado entre vários países. Não se esqueça de que existe a Índia propriamente dita, existe Paquistão, existe Bangladesh, cada um deles altamente povoado. E com políticas e religiões diferentes. A religião sempre se imiscua nessa questão da população. Não é que ela se imiscua; ela tem princípios. Para o islâmico, perder uma criança é um pecado. Se a mulher concebeu, ela deve levar até o fim. Agora, nem sequer aceitam que a mulher e o homem tenham conhecimento que podem gerar um filho e nem evitem essa geração — coisa que é perfeitamente possível. Então isso são contas. É uma questão de princípio. Lamentável...

Marta Batalha – E também de informação, de cultura?

Antônio Houaiss – É, é. É cultura. A palavra é esta: cultura. Você viu como falamos de leitura e mudamos. Mas o mudar, o derivar sobre todas essas questões, mostra a você que o homem, do século XIX em diante, passou a ser, na realidade, dois homens: o que lê e escreve e o que continua sem ler e sem escrever. Então vive um passado que é exclusivamente perigoso porque tem certas vantagens do outro e não tem as obrigações do outro. E tanto que o homem que lê entrou no ciclo da produção racional. Esse homem tem duas vantagens: primeiro, ele explora os outros; segundo, ensina os outros de uma forma precária, o que pode vir a ser a humanidade. Porém, no conjunto, o risco da humanidade é enorme. Eu penso que, no início do século XVIII, chegamos ao primeiro bilhão de habitantes. Levamos, para isso, 300 mil anos se contarmos

somente o Homo Sapiens, ou 1 milhão e 500 mil anos se contarmos a partir do Homo Erectus; 1 milhão e 500 mil anos para chegarmos ao primeiro bilhão. Em menos de 200 anos, chegamos a quase 6 bilhões. Está vendo o escândalo que é isso? Essa é a situação presente e que promete que, dentro de 30 anos, nós sejamos 9 bilhões. O que é esta loucura geral que você vê na humanidade, essas religiões multiplicando-se para salvar, esses atentados multiplicando-se para contestar, essas bombas atômicas explodidas pelos países ditos civilizados.

O que foi a Tempestade no Deserto? Foi simplesmente matar 200 mil iraquianos porque eles queriam aumentar o preço do petróleo. Foi uma operação comercial na qual morreram... 200 mil vivos foram enterrados, soterrados. Quer dizer, a moral da Terra está, também, sendo desmoralizada totalmente por causa dos interesses puramente materiais. Isso por causa da falta de leitura, por incrível que pareça.

Se nós tivéssemos, no século XIX, feito uma campanha universal de leitura, de conscientização do homem, poderíamos saber que a sua biologia é assim, que a sua psicologia é assim, que o seu convívio com os outros é assim. Que o prazer de viver pode ser obtido dessa forma, dessa outra não sei o quê. E dando um pouco de comida a cada um, claro que a humanidade não teria sofrido essa explosão demográfica.

Marta Batalha – Então não há esse interesse?

Antônio Houaiss – Não há esse interesse.

Marta Batalha – Como é sua relação com a leitura? O senhor tem um período para ler por dia, gosta de ir a sebo, livrarias, bibliotecas?

Antônio Houaiss – Não. Biblioteca eu já não vou, mas houve um período da minha vida em que eu fui talvez o leitor mais assíduo da Biblioteca Nacional. Recordo-me que, num período, havia no Brasil um homem muito simpático, que foi membro da Academia Brasileira de Letras, evidente, chamado Afrânio Peixoto. Era um homem que hoje em dia não é tido em alta conta, mas eu o considero um intelectual exemplar. Um dia, encontrei-me com ele, eu estava lendo sistematicamente — não se espante — o Zend-Avesta numa edição comprada por Pedro II, que foi feita por subscrição internacional. Livro esse que foi a primeira tradução da doutrina de Zoroastro. Chama-se Zend-Avesta. Esse livro, é um primor e está lá na Biblioteca Nacional; deu-me a loucura de me interessar pela história das religiões e ler esse livro. É muito repetitivo porque ele reproduz cada prece, prece essa que implica não só um pedido a Deus, como também uma norma de moral, de ética, etc e, até mesmo, ensinamentos. Eu já lecionava; comecei a lecionar com 17 anos. Naquele tempo um professor subscrevia as minhas aulas e eu dava uma parte do que eu ganhava para ele: a exploração do homem pelo homem é permanente.

Marta Batalha – Não podia?

Antônio Houaiss – Não podia, não podia. Não tinha estatuto. Eu poderia chegar a ter o direito de lecionar com um mínimo de “x” anos e com um mínimo de experiência de ensino. Então eu estava adquirindo a experiência de ensino. Ainda não havia as faculdades de formação. Logo que a primeira, aqui no Rio, apareceu, eu entrei — foi a Universidade do Distrito Federal. Essa era especificamente para o ensino Técnico Secundário da Prefeitura. Mas eu, quando entrei para ela, já havia feito concurso para o Técnico Secundário... Na realidade, eu já havia feito, mas existia um curso regular. Então, eu já lecionava, e aí transformou minha vida: eu, como professor privado, dava 11 horas de aula por dia para ganhar em torno de 81 mil réis. Quando eu passei no concurso para o Ensino Técnico Secundário, passei a ganhar 810 mil réis, dez vezes mais, com a obrigação de dar 12 horas de aula por semana! Você viu a diferença. A diferença é colossal. Mudou a minha vida porque aí pude dedicar-me ao estudo. Então eu ia regularmente à Biblioteca Nacional para ler esse Zend-Avesta, e o Afrânio Peixoto, já presidente da Academia Brasileira de Letras, esperava este garoto para batermos um papo. O local onde nos encontrávamos era no início da Avenida Rio Branco, e íamos andando até chegarmos à Biblioteca Nacional, onde ele se despedia de mim.

Marta Batalha – O senhor tinha vinte e poucos anos?

Antônio Houaiss – Quando fiz o concurso, era menor de idade, idade jurídica. Eu e o Carlos Henrique da Rocha Lima. Nessa altura, eu teria uns 22 anos. Essa atitude dele marcou a minha vida. Eu achava uma coisa linda que aquele homem, eminente como era, grande médico, grande autor, romancista, tivesse o prazer de esperar-me para batermos papo.

Diria que fui um leitor inveterado da Biblioteca Nacional durante certo tempo e que tive a vantagem de ter a biblioteca de três grandes conhecedores da língua portuguesa, três imensas, à minha disposição: a do Antenor Nascentes, que se encantou comigo logo no início, talvez porque eu fosse companheiro do filho dele; era uma biblioteca excelente. A do professor Ernesto Faria Júnior, que foi um grande latinista nosso, e aí para a parte de latim para um lado e para outro..., e a do professor Joaquim Matoso Câmara Júnior, que era um dos grandes linguistas, um dos grandes introdutores da Linguística aqui entre nós. Essas bibliotecas me deram um prazer enorme porque tinham os livros técnicos de que eu precisava para ir fazendo o meu autodidatismo acompanhado da universidade.

Por outro lado, nunca abandonei o prazer da leitura estética. Eu aprendi o francês, claro, e comecei a ler francês intensamente, que é para mim uma das literaturas mais belas do mundo. Entrei no inglês, entrei no italiano, entrei no espanhol e fui alargando o círculo de leituras de prazer. Como gostei sempre, uma coisa estranha: nós não estamos sabendo fazer a gente gostar de poesia. A quantidade de leitores que gostam de prosa, mas não gostam de poesia, porque não entendem, é muito grande. Está havendo alguma deficiência no transmitir a aquisição do gosto da leitura de poesia. E nós temos, para contrariar essa lógica, uma quantidade de poetas excelentes.

O Brasil, a língua portuguesa de um modo geral, é uma língua que pode gabar-se de ter grandes poetas, mas a leitura é pequena. Então se vê que um poeta, para ser editado, precisa chegar ao título de João Cabral para que haja as Obras Completas dele. Fora disso, um Drummond de Andrade, mas vemos poetas de boa categoria que ficam angariando um jeito de ver sua obra poética publicada.



Marta Batalha – O senhor tem algum período do dia especial para ler?

Antônio Houaiss – Não. Nunca tive. A vida de professor nunca pode ser muito rotinizada. Fui professor durante um período em que, de acordo com as conveniências dos colégios, dos diretores dos colégios e das minhas possibilidades, os meus horários eram variáveis, e a locomoção do professor, que não tem direito a ter um automovelzinho, é uma profissão... O professor primário no Brasil é um pária. O secundário subiu um pouquinho nessa condição, mas é um homem que, se não tiver recursos próprios, vive uma vida dura. O professor superior começa a ter um pouco de relativa independência, sobretudo quando ele é o titular etc., mas isso é um fim de vida. Não sei se você está entendendo... De maneira que ser professor no Brasil, em qualquer nível, é um heroísmo que a sociedade não compreende. Se houver uma greve de professores amanhã, todo mundo vai dizer que os professores são criminosos, como estão fazendo com os petroleiros.

Marta Batalha – As pessoas sentem mais falta de gasolina, não é?

Antônio Houaiss – É isso mesmo. O efeito da falta de gasolina é efeito de uma baixa remuneração para os petroleiros. Os petroleiros fazem uma coisa tão relevante... Claro que há alguns marajás lá na Petrobras, claro. Mas quem devia ser decepado eram os marajás, e não os petroleiros, entende? Baixar os salários desses marajás e aumentar o salário desses petroleiros. É relativamente simples, mas os marajás são contra os petroleiros. Ficam logo com os que primariamente encontram. Acham que quem trabalha não tem direito a nada, e essa é ainda a grande mentalidade vigente neste país.